NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Metalúrgica Gerdau S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, capital. A Metalúrgica Gerdau S.A. e suas controladas direta e indiretas ("Companhia") é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que ampliam o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. Além disso, a Companhia acredita ser a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri.

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas da Metalúrgica Gerdau S.A. e controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20/02/2019.

NOTA 2 -RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 - Base de elaboração e apresentação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As Demonstrações Financeiras Consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora".

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota 2.17. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31/12/2018.

a) Investimentos em empresas controladas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras individuais da Metalúrgica Gerdau S.A. e todas suas empresas controladas. A Companhia controla uma empresa quando está exposta ou x'tem direito a retornos variáveis que se originam do seu envolvimento com a entidade e da capacidade de afetar os resultados desta através do seu poder de controle. Controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido. A consolidação é descontinuada quando o controle deixa de existir.

A participação de terceiros no Patrimônio Líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração do resultado consolidado, respectivamente, na conta de "Participações dos acionistas não-controladores".

Para as aquisições de empresas, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas não-controladores é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados. Os saldos e transações entre as empresas consolidadas foram eliminados no processo de consolidação. Ganhos e perdas decorrentes das transações entre empresas da Companhia são igualmente eliminados.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Investimentos em empresas com controle conjunto e empresas coligadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

Empresas com controle conjunto (*joint ventures*) são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Empresas coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Os investimentos em empresas coligadas e com controle conjunto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

c) Investimentos em empresas controladas, coligadas e com controle conjunto nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

Os investimentos nestas empresas, nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora, encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial.

d) Método de Equivalência Patrimonial

De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no balanço patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Metalúrgica Gerdau S.A.. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Transações e saldos

Para fins das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa da Companhia são convertidos para reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

c) Empresas do grupo

Para fins de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para moeda de apresentação, conforme abaixo. O mesmo procedimento é adotado para fins de apresentação, nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora, do saldo do investimento, do resultado da equivalência patrimonial e das variações cambiais resultantes do processo de conversão:

- i) os saldos ativos e passivos s\(\tilde{a}\) convertidos \(\tilde{a}\) taxa de c\(\tilde{a}\)mbio vigente na data de encerramento das Demonstra\(\tilde{c}\)os Financeiras Consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na linha "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira"; e

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

iv) os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultados.

d) Hiperinflação na Venezuela

A Venezuela é considerada um país com hiperinflação e por esta razão, as Demonstrações Financeiras da controlada localizada neste país estão sendo atualizadas de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração do final do exercício, que considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Venezuela. A taxa de câmbio usada para converter as demonstrações financeiras da controlada na Venezuela da moeda local (Bolivar Soberano em 2018 e Bolívar Forte em 2017) para o Real leva em consideração a taxa de conversão local conhecida como SIMADI (*Sistema Marginal de Divisas*), a qual é utilizada nas conversões do Bolivar Soberano para o dólar americano como referencial para a conversão da moeda local para o Real. Esta taxa é equivalente a 164,70 Bolívares Soberanos por cada 1 Real em 31/12/2018 (1.011,19 Bolívares Fortes por cada 1 Real em 31/12/2017).

e) Hiperinflação na Argentina

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice de preços ao consumidor. Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou os conceitos do IAS 29 para as suas controladas na Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido das controladas na Argentina foram atualizados pela inflação. As demonstrações de resultados do exercício de 2017, e os respectivos balanços patrimoniais das controladas na Argentina não foram reapresentados.

Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 30/06/2018 foram reportados como ajustes de avaliação patrimonial e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1/07/2018 foram reportados no resultado financeiro da demonstração de resultados da Companhia. Em decorrência dos efeitos acima, em 31/12/2018, a Companhia reconheceu em seu Patrimônio líquido consolidado R\$ 507.887, liquido dos efeitos tributários, e em sua Demonstração de resultado consolidada o montante de R\$ (38.105) no resultado financeiro e de R\$ (29.455) no lucro líquido do exercício.

2.3 – Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido.

a) Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

b) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

c) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

d) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Companhia apresenta a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (Provisão para risco de crédito) dentro da linha de Despesas com Vendas na Demonstração do Resultado e na linha de provisão para risco de crédito na Nota Explicativa 29 para fins de detalhamento da demonstração do resultado por natureza.

e) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

f) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1/01/2018

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

h) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

i) Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1/01/2018

A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis; ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros classificados na categoria de empréstimo e recebíveis utilizavam o custo amortizado pelo método de juros efetivos como forma de mensuração, e os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado eram mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, e foram reconhecidas no resultado.

2.4 – Estoques

Os estoques são avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis.

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 6.

2.5 - Imobilizado

A Companhia utilizou o custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos da IAS 29, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de construção de ativos qualificáveis, que são ativos que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficarem prontos para seu uso pretendido, os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes

METALÚRGICA GERDAU S.A. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA

CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Custos subseqüentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Direitos de exploração mineral são classificados como Terrenos, Prédios e Construções no grupo de imobilizado. Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração e após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados com base na quantidade de minério extraída. Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são depreciados durante o período de vida útil da mina. Os gastos com remoção de estéril, após o início da fase produtiva da mina, são tratados como custo de produção. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída.

O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

2.6 – Ágio

O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, na respectiva data de aquisição.

O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e "Ágio", no consolidado. O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de *impairment* anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como custo na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. O ágio é alocado aos segmentos de negócio, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração.

Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o ágio é incluído na determinação dos ganhos e perdas.

2.7 – Outros ativos intangíveis

São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por ativos que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com clientes e fornecedores, software e outros. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.8).

Para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

que reflete o benefício econômico do ativo intangível e tem como contrapartida a conta de custo das vendas. O intangível do relacionamento com clientes e fornecedores é amortizado com base em critério que considera o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por esses novos clientes e fornecedores adquiridos.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

2.8 – Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e reversão de provisão constituídas

Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em dezembro.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada, conforme demonstrado na nota 28.1.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os resultados atuais ou futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

2.9 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais

a) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

b) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

c) Instrumentos financeiros derivativos e hedge

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de juros e taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos com base em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das Demonstrações Financeiras.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um *hedge* de fluxo de caixa ou um *hedge* de investimento líquido são registradas na demonstração de resultados abrangentes.

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do *hedge* quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação das alterações no justo valor ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa é vendido, terminado, vencido ou exercido, a cobertura de *hedge* é descontinuada prospectivamente, mas o ganho ou perda cumulativo não realizado, permanece reconhecido na demonstração do resultado abrangente. O ganho e perda cumulativo é transferido do resultado abrangente e reconhecido na demonstração do resultado quando a operação coberta for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou perda acumulado é imediatamente transferido para a demonstração do resultado. Nos casos de hedge de investimento líquido o montante registrado na demonstração do resultado abrangente é baixado e reconhecido na demonstração do resultado quando ocorrer a baixa/venda do investimento objeto do hedge. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como *hedge* são reconhecidas na linha de (Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido, na demonstração do resultado.

d) Instrumentos de patrimônio líquido

O componente do patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento financeiro composto como um todo e o valor justo do componente passivo. Quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são alocados para os componentes de passivo e patrimônio líquido proporcionalmente aos seus valores contábeis iniciais.

2.10 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras nos países onde as controladas e coligadas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a alíquotas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras. O Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia e de suas controladas, quando aplicável. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existir no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é mais provável do que não, que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

2.11 - Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros, bônus, pagamento com base em ações e outros benefícios de aposentadoria e desligamento. Os principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia estão descritos nas notas 19 e 25.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

As remensurações atuariais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidas diretamente na Demonstração dos resultados abrangentes, conforme descrito na nota 19.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, a Companhia e seus consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

2.12 – Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

2.13 – Transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil e no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. Estes contratos possuem data de vencimento, com possibilidade de extensão de prazo mediante acordo entre as partes. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

2.14 - Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Metalúrgica Gerdau S.A. prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Metalúrgica Gerdau S.A. registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

2.15 – Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2.16 - Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais

Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registradas como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

2.17 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ágios e ativos de vida longa (nota 28), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 17), recuperabilidade de tributos diferidos ativos (nota 8), estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 19), e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas (nota 25). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

2.18 – Combinações de negócios para as Demonstrações Financeiras

a) Aquisições nas quais o controle é obtido em etapas

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pelo Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

b) Aquisições onde o controle é obtido inicialmente

As aquisições são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo da aquisição é mensurado pelo total dos valores justos (na data de aquisição) dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelos seus valores justos na data da aquisição, sendo a participação dos acionistas não-controladores na adquirida inicialmente medida na proporção dos acionistas não-controladores do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos. Gastos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

c) Aumentos/reduções na participação de não-controladores

Aquisições após a Companhia obter o controle são tratadas como aquisições de ações de acionistas não controladores: Os ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida não estão sujeitos a reavaliações posteriores, e a diferença negativa ou positiva entre o custo dessa aquisição subsequente e o valor líquido da parcela adicional proporcional da Companhia é registrada no patrimônio líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

d) Perda de controle de uma controlada

Quando o controle de uma controlada é perdido como resultado de uma transação, evento ou outra circunstância, a Companhia reverte todos ativos, passivos e participações de não controladores pelos seus saldos registrados. Qualquer participação remanescente na controlada é reconhecida pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Esse valor justo é refletido no cálculo do ganho ou perda na alienação e é atribuído a controladora e se torna o montante inicial reconhecido para contabilizações subseqüentes para a participação remanescente.

2.19 – Informações por Segmento

Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. As informações apresentadas à alta administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as práticas contábeis, com algumas realocações entre os segmentos.

Os segmentos da Companhia são os seguintes: Operação Brasil (inclui as operações de aço e minério de ferro no Brasil, exceto Aços Especiais), Operação América do Norte (inclui todas as operações na América do Norte, incluindo a empresa de controle conjunto no México e a empresa coligada no México, exceto aços especiais), Operação América do Sul (inclui todas as operações na América do Sul, exceto as operações do Brasil e inclui a empresa de controle conjunto na República Dominicana e Colômbia) e Operação Aços Especiais (inclui as operações de aços especiais no Brasil e nos Estados Unidos e a empresa com controle compartilhado no Brasil).

2.20 - Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 (CPC 41), *Earnings* per Share (Lucro por ação), as tabelas apresentadas na nota 23 reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. A Companhia não possui instrumentos que não tenham sido incluídos no cálculo do lucro por ação por serem antidilutivos.

2.21 - Planos de Incentivo de Longo Prazo

A Companhia efetua a liquidação dos planos de opção de ação entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos empregados. Adicionalmente, a Companhia tem como outros planos de incentivos de longo prazo, os seguintes instrumentos: Opções de ações, Ações Restritas, Direito de Apreciação de Ações e Performance de Ações, conforme apresentados na nota 25.

2.22 – Ativo líquido mantido para venda

A Companhia apresenta os ativos e passivos de unidades colocadas à venda em linhas específicas do Balanço Patrimonial, denominadas de Ativo mantido para venda e Passivo mantido para a venda, respectivamente, até a conclusão da operação de venda, a qual tem expectativa de ser concluída em até um ano a partir da data da classificação como mantido para venda. A Companhia mensura o ativo líquido classificado como mantido para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

2.23 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas.

2.24 – Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

A Companhia adotou o IFRS 15 (CPC 47) - Receitas de Contratos com Clientes e o IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, a partir de 1/01/2018.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

- a) IFRS 15 Receita de contrato com cliente. O IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o IAS 18 (CPC 30) Receitas e interpretações relacionadas. A Companhia adotou o IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, no entanto essa adoção não gerou qualquer alteração nos montantes anteriormente reconhecidos como receita, dado a não relevância da alteração da norma para a Companhia. Consequentemente, as informações apresentadas para o exercício de 2017 não foram reapresentadas e, desta forma, as informações do exercício de 2017 seguem sendo apresentadas conforme divulgado de acordo com o IAS 18 e interpretações relacionadas. As receitas são atualmente reconhecidas quando os produtos são entregues ao cliente e a obrigação de desempenho é cumprida.
- b) IFRS 9 Instrumentos financeiros. O IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Em relação a classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros, o IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros, no entanto ele elimina as seguintes categorias do IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na Classificação e Mensuração de ativos Financeiros está descrito abaixo. Conforme o IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: a custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou a valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 é baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no IAS 39 / CPC 38 e as novas categorias de mensuração do IFRS 9 / CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Em milhares de Reais	Classificação original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Valor contábil em 31/12/2017 de acordo com o CPC 38/IAS 39	Controladora Valor contábil em 01/01/2018 de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Valor contábil em 31/12/2017 de acordo com o CPC 38/IAS 39	Consolidado Valor contábil em 01/01/2018 de acordo com o CPC 48/IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Ativos a valor justo por meio do resultado	94	94	2.555.433	2.555.433
Aplicações financeiras	Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Ativos a valor justo por meio do resultado	108.891	108.891	821.518	821.518
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	_	_	2.798.420	2.750.357
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	-	-	51.839	51.839
Outros ativos circulantes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.032	1.032	470.767	470.767
Outros ativos não-circulantes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	33	33	462.768	462.768
Outros ativos não-circulantes	Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Ativos a valor justo por meio do resultado	-	-	80.238	80.238
Total de ativos financeiros			110.050	110.050	7.240.983	7.192.920
Fornecedores	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Custo amortizado	-	-	3.179.954	3.179.954
Empréstimos e Financiamentos	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Custo amortizado	454.277	454.277	16.915.933	16.915.933
Debêntures	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Custo amortizado	253.370	253.370	301.297	301.297
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Passivos a valor justo por meio do resultado	-	-	1.267	1.267
Obrigações com FIDC	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Custo amortizado	-	-	1.135.077	1.135.077
Outros passivos circulantes	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Custo amortizado	102	102	625.511	625.511
Outros passivos não-circulantes	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Custo amortizado		-	544.779	544.779
Total de passivos financeiros			707.749	707.749	22.703.818	22.703.818

A mudança na classificação de caixas e equivalentes de caixa de empréstimos e recebíveis de acordo com o IAS39/CPC 38 para Ativos a valor justo por meio do resultado de acordo com o IFRS 9/CPC48 foi embasada no modelo de negócios da Companhia. A Nota Explicativa 15.d demonstra as categorias de mensuração do IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1/01/2018 e em 31/12/2018.

Em relação ao *Impairment* de Ativos financeiros, o IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. De acordo com o IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas, em geral, mais cedo do que de acordo com o IAS 39.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes, onde a Companhia utiliza percentuais distintos conforme o prazo de vencimento, de forma a mensurar a probabilidade de perda, aumentando o percentual da provisão de risco de crédito conforme os títulos ficam vencidos a mais tempo.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessa norma, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

Os impactos da adoção do IFRS 9/CPC48 em 01/01/2018 em virtude do efeito de perdas de crédito esperada foram de R\$ (32.387), líquido de impostos.

Com a entrada em vigor do IFRS 9/CPC 48, quando a entidade aplica pela primeira vez este pronunciamento, ela pode escolher se sua política contábil continua a aplicar os requisitos de contabilização de hedge do IAS39/CPC 38 em vez dos requisitos da IFRS 9/CPC 48. Neste sentido, a Companhia optou por continuar aplicando os requisitos do IAS 39/CPC 38.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2019 ou após, e a Companhia apresenta abaixo a avaliação dos impactos da adoção destas normas em suas Demonstrações Financeiras:

- Emissão da norma IFRS 16 - Arrendamento. - Emissão da norma IFRS 16 - Arrendamento. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019 e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Esta norma substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia reconhecerá a partir de 2019 novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. A Companhia reconhecia até 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento. Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros da Companhia.

A nova norma fornece expedientes práticos cuja a eleição é opcional. A Companhia adotou os seguintes expedientes práticos:

- Não reavaliará se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial, em vez disso, aplicará o CPC 06 (R2) a contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4);
- 2) Não separará componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento considerando-os, então, como um único componente de arrendamento;
- 3) Não registrará os contratos com prazo superior a 12 meses, que na data de transição, se encerrarão dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- 4) Não registrará contratos de baixo valor, conforme política definida pela Companhia;
- 5) Excluirá custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial;
- 6) Fará uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros; e
- 7) Aplicará uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como prazo de arrendamento remanescente similar, classes similares de ativos subjacentes em ambiente econômico similar).

Elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos (como, por exemplo, um contrato de locação de máquinas e/ou equipamentos com partes dos pagamentos baseados na produtividade do ativo) não são considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. A Companhia não espera mudanças significativas nas atividades de arrendamento no período que compreende a emissão destas demonstrações financeiras e a data de aplicação inicial. Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso no montante de R\$ 41.838 na controladora e R\$ 996.873 no consolidado em 01/01/2019; essa estimativa leva em consideração premissas razoáveis disponíveis pela Companhia e podem apresentar variações em relação à adoção inicial. A Companhia pretende aplicar abordagem retrospectiva modificada inicialmente em 01/01/2019, com a contabilização dos efeitos dos ajustes diretamente no saldo de abertura do patrimônio líquido sem atualização das informações comparativas, bem como aplicar a norma para todos os contratos celebrados antes de 01/01/2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4. Até a divulgação destas demonstrações financeiras a Companhia está desenvolvendo processos e controles para atender aos novos requisitos.

- Emissão da interpretação IFRIC 23 Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda. Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.
- Alteração da norma IAS 19 Alterações no plano em casos de redução ou liquidação. Esclarece aspectos de mensuração e reconhecimento no resultado de efeitos de reduções e liquidações em planos de benefícios a empregados. Esta alteração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de reduções e liquidações em planos de benefícios a empregados.

- Alteração da norma IFRS 3 Definição de negócio. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos.
- Alteração das normas IAS 1 e IAS 8 Definição de materialidade. Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

NOTA 3 -DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

3.1 - Empresas controladas

A lista a seguir apresenta as principais participações nas controladas consolidadas, como segue:

		Percentual de	participação
Empresa controladas	País	Ca	apital total (*)
		2018	2017
Gerdau S.A.	Brasil	38,52	38,23
Gerdau GTL Spain S.L.	Espanha	100,00	100,00
Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda Grupo Gerdau	Brasil	100,00	100,00
Gerdau Ameristeel Corporation e controladas (1)	EUA/Canadá	100,00	100,00
Gerdau Açominas S.A.	Brasil	99,83	99,36
Gerdau Aços Longos S.A. e controladas (2)	Brasil	99,78	99,12
Gerdau Steel Inc.	Canadá	100,00	100,00
Gerdau Holdings Inc. e controlada (3)	EUA	100,00	100,00
Paraopeba - Fundo de Investimento Renda Fixa (4)	Brasil	98,60	51,11
Aza Participaciones S.A. (nota 3.4)	Chile	-	100,00
Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company	Hungria	100,00	100,00
GTL Equity Investments Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00
Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A Siderperú	Peru	90,03	90,03
Gerdau GTL México, S.A. de C.V. e controladas (5)	México	100,00	100,00
Seiva S.A Florestas e Indústrias	Brasil	97,73	97,73
Gerdau Laisa S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Sipar Gerdau Inversiones S.A.	Argentina	99,99	99,99
Sipar Aceros S.A. e controlada (6)	Argentina	99,98	99,98
Sizuca - Siderúrgica Zuliana, C. A.	Venezuela	100,00	100,00
GTL Trade Finance Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00
Gerdau Trade Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00
Gerdau Steel India Ltd. (nota 3.4)	India	-	98,90

- (*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total, exceto pela Gerdau S.A. onde o capital votante é de 97,26% em 31/12/2018 e em 31/12/2017. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da controlada.
- (1) Controladas: Gerdau Ameristeel US Inc., Gerdau Ameristeel Sayreville Inc., Chaparral Steel Company.
- (2) Controladas: Gerdau Açominas Overseas Ltd. G2L Logistica Ltda
- (3) Controlada: Gerdau MacSteel Inc..
- $\mbox{(4) Fundo de investimento de renda fixa, administrado pelo Banco J.\ P.\ Morgan\ S.A..$
- (5) Controladas: Sidertul S.A. de C.V., e GTL Servicios Administrativos México, S.A. de C.V..
- (6) Controlada: Siderco S.A..

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

As informações financeiras da empresa controlada a qual o saldo dos não-controladores é material, estão demonstradas a seguir:

Gerdau S.A.	2018	2017
Ativo Circulante	1.458.611	1.056.754
Ativo Não-Circulante	34.464.440	31.367.098
Total do Ativo	35.923.051	32.423.852
Passivo Circulante	611.636	524.672
Passivo Não-Circulante	9.580.811	8.253.979
Patrimônio Líquido	25.730.604	23.645.201
Total do Passivo	35.923.051	32.423.852
Patrimônio Líquido alocado a não-controladores	15.819.078	14.606.733
Receita líquida de vendas	3.137.832	1.291.527
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	2.303.868	(359.360)
Lucro (Prejuízo) líquido alocado a não-controladores	1.416.409	(221.993)
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	2.668.728	(325.260)
Dividendos alocados a não-controladores	470.528	54.934

3.2 - Empresas com controle compartilhado

A tabela a seguir apresenta as participações nas empresas com controle conjunto.

		Percentual d	e participação
Empresas com controle compartilhado	País		Capital total (*)
	_	2018	2017
Bradley Steel Processors	Canadá	50,00	50,00
MRM Guide Rail	Canadá	50,00	50,00
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	México	50,00	50,00
Gerdau Metaldom Corp.	Rep. Dominicana	50,00	45,00
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	Brasil	58,73	58,73
Diaco S.A.	Colombia	49,87	49,87
Junto Somos Mais Fidelização S.A.	Brasil	27,50	=

^(*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da empresa com controle conjunto.

As informações financeiras das empresas com controle conjunto, avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

	Empresas com controle compartilhado	
	2018	2017
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(16.403)	(91.553)
Total dos resultados abrangentes	(16.403)	(91.553)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

3.3 - Empresas coligadas

A lista a seguir apresenta as participações nas empresas coligadas.

	_	Percentual de	participação
Empresas coligadas	País_	Capital total (*)	
	_	2018	2017
Dona Francisca Energética S.A.	Brasil	51,82	51,82
Corsa Controladora, S.A. de C.V.	México	49,00	49,00

^(*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da coligada.

A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Dona Francisca Energética S.A. apesar de ter mais de 50% do capital total desta coligada, devido a direitos de proteção concedidos aos demais acionistas que impedem a Companhia de implementar na plenitude as decisões sobre a condução dos negócios da coligada.

As informações financeiras das empresas coligadas, avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

_	Empresas coligadas		
_	2018	2017	
Lucro líquido do exercício	31.806	26.099	
Total dos resultados abrangentes	31.806	26.099	

3.4 – Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas

Em 30/03/2018, a Companhia concluiu a venda da sua usina produtora de fio-máquina localizada em Beaumont, Texas, e as unidades de processamento, Beaumont Wire Products e Carrollton Wire Products para a Optimus Steel LLC por US\$ 99,5 milhões (equivalente a R\$ 330,7 milhões). A usina tem uma aciaria com capacidade de produzir aproximadamente 700 mil toneladas curtas de aço por ano, e é capaz de laminar fio-máquina e vergalhão em rolo.

Em 29/06/2018, a Companhia concluiu a venda de 100% das ações da Aza Participaciones S.A. e de suas subsidiárias, Gerdau AZA SA; Aceros Cox SA; Armacero - Matco SA; e Salomon Sack S.A., para o grupo de investidores chilenos formado pela Ingeniería e Inversiones Limitada; Inversiones Reyosan SpA; Los Andes S.A. de Inversiones, e da Matco Cables SpA. Esta venda inclui três plantas de produção com capacidade instalada de 520 mil toneladas anuais de aços longos reciclados e sua rede de distribuição no Chile, as quais eram apresentados até a conclusão da venda dentro do segmento América do Sul. O valor econômico da transação corresponde a US\$ 154,1 milhões (equivalente a R\$ 594,2 milhões na data da conclusão da venda).

Em 31/07/2018, a Companhia concluiu a venda de suas duas usinas hidrelétricas em Goiás, por R\$ 835 milhões, para Kinross Brasil Mineração, subsidiária integral da mineradora Kinross Gold Corporation. As usinas Caçu e Barra dos Coqueiros, inauguradas em 2010, têm capacidade instalada total de 155 MW.

Em 31/10/2018, a Companhia concluiu a venda de sua participação societária na Gerdau Hungria KFT Y CIA Sociedad Regular Colectiva, uma subsidiária da Companhia localizada na Espanha e detentora de 98,89% das ações da Gerdau Steel India Ltd. para Blue Coral Investment Holdings Pte. Ltd e Mountainpeak Investment Holdings Ltd. A transação compreende 100% das suas operações e ativos na Índia, incluindo a unidade industrial de aços especiais localizada em Tadipatri, com capacidade anual instalada de 250 mil toneladas de aço bruto e 300 mil toneladas de aço laminado. O valor econômico da transação corresponde a US\$ 120 milhões (equivalente a R\$ 490,2 milhões na data da assinatura do contrato). A transação permitirá que a Gerdau se concentre mais no gerenciamento de seus ativos estratégicos nas Américas, onde seus principais mercados, o Brasil e os Estados Unidos, estão localizados.

Em 5/11/2018, a Companhia concluiu a venda de quatro usinas produtoras de vergalhões, assim como unidades de corte e dobra de aço nos Estados Unidos, para a Commercial Metals Company (CMC). O acordo incluiu as usinas de Jacksonville

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(FL), Knoxville (TN), Rancho Cucamonga (CA) e Sayreville (NJ), assim como todas as unidades de corte e dobra da Gerdau nos Estados Unidos, com uma capacidade de produção combinada de 2,5 milhões de toneladas curtas por ano e que até a conclusão da venda eram apresentados dentro do segmento América do Norte. O valor econômico da transação é de US\$ 600 milhões (equivalente a R\$ 2.222,9 milhões), bem como ajustes de capital de giro.

Como resultado das operações descritas acima, a Companhia reconheceu uma despesa de R\$ 414,5 milhões na linha de Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas (despesa de R\$ 721,7 milhões em 31/12/2017) em sua Demonstração dos Resultados.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS

		Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Caixa	_	-	6.800	10.439
Bancos e aplicações de liquidez imediata	1.073	94	2.884.417	2.544.994
Caixa e equivalentes de caixa	1.073	94	2.891.217	2.555.433
	_		_	
		Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Títulos para negociação	24.427	108.891	459.470	821.518
Aplicações financeiras	24.427	108.891	459.470	821.518

Aplicações de liquidez imediata contemplam aplicações com vencimento em até 90 dias, liquidez imediata e baixo risco de variação no valor justo.

Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

		Consolidado
	2018	2017
Contas a receber de clientes - no Brasil	1.056.625	1.265.431
Contas a receber de clientes - exportações a partir do Brasil	373.593	139.162
Contas a receber de clientes - controladas no exterior	1.929.595	1.525.466
(-) Provisão para risco de crédito	(158.157)	(131.639)
	3.201.656	2.798.420

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

		Consolidado
	2018	2017
Valores a vencer:	2.362.408	2.234.723
Vencidos:		
Até 30 dias	792.569	467.901
Entre 31 e 60 dias	63.294	96.852
Entre 61 e 90 dias	10.133	17.636
Entre 91 e 180 dias	22.261	27.841
Entre 181 e 360 dias	26.003	22.985
Acima de 360 dias	83.145	62.121
(-) Provisão para risco de crédito	(158.157)	(131.639)
	3.201.656	2.798.420

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida da provisão para risco de crédito, é o valor das contas a receber. A qualidade do crédito do contas a receber a vencer é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito.

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

	Consolidado
Saldo em 01/01/2017	(199.306)
Créditos provisionados no exercício	(98.476)
Créditos recuperados no exercício	80.134
Créditos baixados definitivamente da posição	73.591
Variação cambial	(276)
Constituição de empresa com controle compartilhado	1.487
Ativos mantidos para venda	11.207
Saldo em 31/12/2017	(131.639)
Créditos provisionados no exercício	(111.900)
Créditos recuperados no exercício	101.986
Créditos baixados definitivamente da posição	39.943
Variação cambial	(5.136)
Ajuste de adoção IFRS 9	(48.063)
Ativos mantidos para venda (nota 3.4)	(3.348)
Saldo em 31/12/2018	(158.157)

NOTA 6 - ESTOQUES

		Consolidado
	2018	2017
Produtos prontos	3.985.964	3.026.556
Produtos em elaboração	1.688.794	1.302.152
Matérias-primas	2.296.074	1.703.013
Materiais de almoxarifado	784.517	298.100
Importações em andamento	426.044	375.139
(-) Provisão p/ ajuste ao valor líquido realizável	(13.704)	(3.556)
	9.167.689	6.701.404

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os saldos da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques, cuja provisão e reversão tem como contrapartida o custo das vendas, estão demonstrados abaixo:

	Consolidado
Saldo em 01/01/2017	(28.813)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	(26.545)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	46.740
Variação cambial	3.789
Constituição de empresa com controle compartilhado	392
Ativos mantidos para venda	881
Saldo em 31/12/2017	(3.556)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	(11.943)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	3.715
Variação cambial	(871)
Ativos mantidos para venda	(1.049)
Saldo em 31/12/2018	(13.704)

NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
Circulante	2018	2017	2018	2017
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	-	-	291.027	155.096
Cintribuição para o Financiamento da Seguridade Social	-	-	95.700	91.229
Programa de Integração Social	-	-	23.473	20.242
Imposto sobre Produtos Industrializados	-	-	44.312	59.982
Imposto sobre Valor Agregado	-	-	32.967	48.139
Outros		77	39.949	27.818
		77	527.428	402.506
Não Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	-	-	27.527	26.135
Cintribuição para o Financiamento da Seguridade Social	-	-	1.980	360
Programa de Integração Social e outros			2.558	4.346
			32.065	30.841
		77	559.493	433.347

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	Consolidado		
	2018	2017	
2019	-	18.017	
2020	15.025	7.062	
2021	10.846	5.762	
2022 em diante	6.194	-	
	32.065	30.841	

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

No Brasil os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Além das alíquotas nacionais, conforme mencionado acima, a Companhia também está sujeita à tributação de impostos sobre a renda nas suas controladas no exterior, que variam entre 22,6% e 34,0%, sendo que existem controladas no exterior que possuem alíquota zero, as quais possuem principalmente atividades financeiras. As diferenças entre as alíquotas brasileiras e as alíquotas de outros países compõem a reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado na linha diferenças de alíquotas em empresas do exterior.

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:

		Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
	Total	Total	Total	Total
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	816.672	(203.871)	2.089.401	(109.805)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
(Despesa) Receita de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(277.668)	69.316	(710.396)	37.334
Ajustes dos impostos referente:				
- diferença de alíquotas em empresas do exterior	-	-	663.116	(183.787)
- equivalência patrimonial	300.706	(47.334)	3.448	(11.763)
- juros sobre o capital próprio *	(48.872)	-	128.418	113
- incentivos fiscais	528	-	10.059	23.185
- ganho de capital**	-	-	-	(98.290)
- não constituição de ativos fiscais diferidos	-	(94.236)	-	(98.286)
- realização de ativos fiscais diferidos não constituídos	7.776	72.423	13.235	72.423
- diferenças permanentes (líquidas)	(132)	416	43.409	(35.736)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(17.662)	585	151.289	(294.807)
Corrente	(17.662)	-	(646.871)	(313.758)
Diferido	-	585	798.160	18.951

^{*} A Lei Brasileira 9.249/95 prevê que a Companhia possa pagar Juros sobre Capital Próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos, sujeita a limitações específicas, as quais resultam em dedução fiscal na determinação do imposto de renda e contribuição social. A limitação considera o maior entre: (i) TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia; ou (ii) 50% do lucro líquido do exercício. Esta despesa não é reconhecida para fins da preparação das demonstrações financeiras e por esse motivo não impacta o lucro líquido.

^{**} A incorporação em 29/12/2017 das controladas Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau América Latina Part. S.A. na Gerdau S.A., gerou um ganho de capital tributável em 2017.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Composição e movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

Consolidado

	Saldo em 01/01/2017	Reconhecido no Resultado	Venda de Empresas Controladas e Outros	Reconhecido em Resultados Abrangentes	Saldo em 31/12/2017
	01/01/2017	no resurtado	Outros	norungentes	31/12/2017
Prejuízos fiscais	874.357	157.986	(22.946)	(35.759)	973.638
Base negativa de contribuição social	311.890	58.963	(15.071)	-	355.782
Provisão para passivos tributários			· · · ·		
cíveis e trabalhistas	755.198	(479.836)	101	_	275.463
Benefícios a empregados	432.537	(48.466)	(9.363)	(91.905)	282.803
Outras diferenças temporárias	350.765	(81.627)	92.171	48.991	410.300
Efeito de variação cambial diferida	1.251.542	(199.200)	8.185	_	1.060.527
Provisão para perdas	112.935	(2.208)	1	_	110.728
Alocação de ativos a valor justo	(1.077.430)	613.339	(51.606)	18.163	(497.534)
	3.011.794	18.951	1.472	(60.510)	2.971.707
Ativo não-circulante	3.407.230				3.054.393
Passivo não-circulante	(395.436)				(82.686)
	Saldo em 31/12/2017	Reconhecido no Resultado	Outros	Reconhecido em Resultados Abrangentes	Saldo em 31/12/2018
Prejuízos fiscais	973.638	341.664	36.445	(11.814)	1.339.933
Base negativa de contribuição social	355.782	(18.524)	-	(11.011)	337.258
Provisão para passivos tributários		(/			
cíveis e trabalhistas	275.463	(5.214)	168	-	270.417
Benefícios a empregados	282.803	(16.564)	67.184	(46.929)	286.494
Outras diferenças temporárias	410.300	93.094	17.177	5.247	525.818
Efeito de variação cambial diferida	1.060.527	223.850	-	-	1.284.377
Provisão para perdas	110.728	(33.165)	(12)	6.286	83.837
Alocação de ativos a valor justo	(497.534)	213.019	(89.859)	1.926	(372.448)
	2.971.707	798.160	31.103	(45.284)	3.755.686
Ativo não-circulante	3.054.393				3.874.054
Passivo não-circulante	(82.686)				(118.368)

Os estudos de recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizados pela Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração estão fundamentados nos seus planos de negócio e alinhados com as demais projeções utilizadas pela Companhia como, por exemplo, nos testes de recuperabilidade de ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:

Consolidado

		Ativo		Passivo
	2018	2017	2018	2017
2018	-	326.356	-	(2.680)
2019	609.546	198.590	(18.055)	(6.116)
2020	585.047	400.597	(25.144)	(6.498)
2021	338.896	369.857	(13.548)	(4.745)
2022	306.130	168.125	(14.009)	(18.514)
2023 em diante	2.034.435	1.590.868	(47.612)	(44.133)
	3.874.054	3.054.393	(118.368)	(82.686)

d) Ativos fiscais não contabilizados:

Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social em algumas empresas no Brasil, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R\$ 994.838 (R\$ 1.049.977 em 31/12/2017), os quais não têm uma data final para expirar. As controladas da Companhia no exterior possuíam R\$ 398.364 (R\$ 360.152 em 31/12/2017) de prejuízos fiscais sobre perdas de capital cujos ativos fiscais diferidos não foram contabilizados e que expiram entre 2029 e 2035 e várias perdas fiscais decorrentes de créditos estaduais no exterior totalizando R\$ 795.775 (R\$ 1.137.548 em 31/12/2017), que expiram em várias datas entre 2019 e 2038.

NOTA 9 – INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Controladora

	Gerdau S.A.	Total
Saldo em 01/01/2017	9.505.068	9.505.068
Resultado da equivalência patrimonial	(139.218)	(139.218)
Ajustes de avaliação patrimonial	16.257	16.257
Permuta de ações (I)	(319.549)	(319.549)
Incorporação de investimentos	(32.668)	(32.668)
Alienação de investimento	8.578	8.578
Saldo em 31/12/2017	9.038.468	9.038.468
Resultado da equivalência patrimonial	884.429	884.429
Ajustes de avaliação patrimonial	228.428	228.428
Permuta de ações	(10)	(10)
Dividendos/juros sobre capital próprio	(313.617)	(313.617)
Efeito de aumento de participação em controladas	73.576	73.576
Saldo em 31/12/2018	9.911.274	9.911.274

I) Em 08/03/2017, a Metalúrgica Gerdau e o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") celebraram uma operação não caixa através de Contrato de Permuta de Ações de Emissão da Gerdau S.A. regulando a permuta das 34.209.522 ações ordinárias de emissão da Gerdau S.A. (GGBR3) detidas pelo BTG Pactual por 33.358.668 ações preferenciais de emissão da Gerdau S.A. (GGBR4) detidas pela Metalúrgica Gerdau, equivalente a R\$ 319.549. A relação de permuta estabelecida no Contrato de Permuta correspondeu a 1 ação ordinária de emissão da Gerdau S.A. (GGBR3) para cada 0,9751 ação preferencial de emissão da Gerdau S.A. (GGBR4).

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Em 22/08/2017, no âmbito da oferta pública de aquisição de ações por aumento de participação mediante a permuta de ações ordinárias por ações preferenciais de emissão da Gerdau S.A. (OPA), foi realizado com sucesso, o leilão da Oferta, no sistema de negociação da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos termos do edital da OPA publicado em 21/07/2017. Como resultado do Leilão, a Metalúrgica Gerdau S.A. adquiriu 70.714.542 ações ordinárias (GGBR3) de emissão da Gerdau S.A., representativas de 80,35% do total de ações objeto da OPA e 4,11% do capital social da Gerdau S.A.. As ações foram adquiridas mediante permuta por 70.714.542 ações preferenciais (GGBR4) de emissão da Gerdau S.A.. A liquidação da OPA ocorreu mediante a permuta de ações ordinárias por ações preferenciais em 25/08/2017 e, de acordo com a regulamentação aplicável e com o Edital, a partir de 23/08/2017 e durante o período de três meses seguintes ao Leilão, ou seja, de 23/08/2017 à 23/11/2017 (inclusive), qualquer acionista titular de ações ordinárias de emissão da Gerdau S.A. que deseje permutar suas ações poderá seguir com o procedimento descrito no Edital.

Consolidado

	Investimentos na América do Norte	Investimentos na América do Sul	Investimentos em Aços Especiais	Outros	Total
Saldo em 01/01/2017	303.526	404.522	= [90.796	798.844
Resultado da equivalência patrimonial	(111.581)	41.553	15.460	19.971	(34.597)
Ajustes de avaliação patrimonial	(10.485)	(6.260)	=	=	(16.745)
Aumento de capital	178.670	=	184.187	=	362.857
Operações com entidades com controle em conjunto	-	145.084	-	=	145.084
Complemento de preço contingente	=	-	=	65.500	65.500
Dividendos/juros sobre capital próprio	(14.050)	-	-	(26.594)	(40.644)
Saldo em 31/12/2017	346.080	584.899	199.647	149.673	1.280.299
Resultado da equivalência patrimonial	(77.909)	51.648	15.629	20.773	10.141
Ajustes de avaliação patrimonial	33.101	96.045	(1.377)	(2.050)	125.719
Aumento de capital	-	-	-	7.000	7.000
Dividendos/juros sobre capital próprio	-	(31.359)	-	(23.998)	(55.357)
Saldo em 31/12/2018	301.272	701.233	213.899	151.398	1.367.802

a) Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia efetuou depósito para futuro investimento em participação societária no montante de R\$ 375.456 na empresa com controle conjunto Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V..

NOTA 10 - IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Consolidado

	Terrenos,	Máquinas,	Equipamento	Imobilizações		
	prédios e	equipamentos e	eletrônico de	em		
Custo imobilizado bruto	construções	instalações	dados	andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2017	9.488.673	30.633.880	762.074	1.762.647	1.359.244	44.006.518
Adições	2.028	124.136	1.770	687.019	58.376	873.329
Juros capitalizados	-	-	-	44.260	-	44.260
Transferencias	700.318	716.685	19.340	(1.440.183)	3.840	-
Baixas	(157.625)	(232.771)	(12.963)	(60.151)	(49.962)	(513.472)
Operações com entidades com controle em conjunto	(119.928)	(900.840)	(16.426)	(1.382)	(53.129)	(1.091.705)
Perda pela não recuperabilidade de ativos (nota 28)	(10.063)	(255.293)	-	-	(13)	(265.369)
Ativos mantidos para venda	(1.013.466)	(2.734.923)	(53.315)	(107.677)	(171.404)	(4.080.785)
Variação cambial	200.681	665.730	11.158	66.146	28.745	972.460
Saldo em 31/12/2017	9.090.618	28.016.604	711.638	950.679	1.175.697	39.945.236
Adições	13.739	66.764	11.811	983.519	119.101	1.194.934
Juros capitalizados	-	-	-	23.999	-	23.999
Transferencias	140.334	802.664	457	(949.888)	6.433	-
Baixas	(45.290)	(285.860)	(5.641)	(3.352)	(9.606)	(349.749)
Ativos mantidos para venda	(784.464)	(749.425)	(14.914)	(49.579)	(300.618)	(1.899.000)
Efeito da aplicação do IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias	-	699.724	-	-	-	699.724
Variação cambial	290.732	1.058.525	49.727	65.868	(2.895)	1.461.957
Saldo em 31/12/2018	8.705.669	29.608.996	753.078	1.021.246	988.112	41.077.101

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Depreciação acumulada	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2017	(3.902.954)	(19.604.579)	(649.642)		(496.816)	(24.653.991)
Depreciação e exaustão	(343.384)	(1.361.561)	(40.915)	-	(61.506)	(1.807.366)
Transferencias	(38.467)	25.886	(400)	-	12.981	-
Baixas	67.598	218.590	12.790	-	43.067	342.045
Operações com entidades com controle em conjunto	28.691	589.951	12.627	-	41.117	672.386
Ativos mantidos para venda	370.727	1.989.917	54.275	-	95.350	2.510.269
Variação cambial	(101.528)	(435.040)	(10.969)		(16.675)	(564.212)
Saldo em 31/12/2017	(3.919.317)	(18.576.836)	(622.234)		(382.482)	(23.500.869)
Depreciação e exaustão	(291.326)	(1.128.138)	(34.814)	-	(130.611)	(1.584.889)
Transferencias	18.341	5.234	158	-	(23.733)	-
Baixas	29.944	258.609	2.609	-	7.970	299.132
Ativos mantidos para venda	105.787	286.204	11.667	-	234.271	637.929
Efeito da aplicação do IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias	-	(265.654)	-	-	-	(265.654)
Variação cambial	(129.539)	(946.240)	(44.331)		4.452	(1.115.658)
Saldo em 31/12/2018	(4.186.110)	(20.366.821)	(686.945)		(290.133)	(25.530.009)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31/12/2017	5.171.301	9.439.768	89.404	950.679	793.215	16.444.367
Saldo em 31/12/2018	4.519.560	9.242.175	66.133	1.021.246	697.980	15.547.094

A taxa média de capitalização de juros no exercício de 2018 é de 5,7% a.a. (6,6% a.a. em 2017).

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação, amortização e exaustão:

Vida útil
dos ativos imobilizados
20 a 33 anos
10 a 20 anos
5 a 10 anos
3 a 5 anos
2,5 a 6 anos

- **b) Valores oferecidos em garantia** Foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 5.164 (R\$ 6.513 em 31/12/2017) na controladora e R\$ 90.463 em 31/12/2017 (R\$ 609.116 em 31/12/2017) no consolidado.
- c) Perdas/Reversões pela não recuperabilidade de imobilizado Em 31/12/2018, o valor remanescente de ativos imobilizado objeto de perdas pela não recuperabilidade totaliza R\$ 126.790 para o grupo de "terrenos, prédios e construções" (R\$ 118.348 em 31/12/2017), R\$ 569.303 para máquinas, equipamentos e instalações (R\$ 783.183 em 31/12/2017) e R\$ 543.726 para imobilizações em andamento (R\$ 543.726 em 31/12/2017). Conforme nota 3.4, a Companhia perdeu o controle de determinados investimentos, e os efeitos sobre a conta de ativo imobilizado desta perda de controle já estão contemplados nestes valores.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 11 – ÁGIOS

			Consolidado
	Montante	Perdas acumuladas pela	Ágio após as perdas pela não
	bruto do ágio	não recuperabilidade ativos	recuperabilidade de ativos
Saldo em 01/01/2017	15.159.360	(5.689.344)	9.470.016
(+/-) Variação cambial	242.510	(169.979)	72.531
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos (nota 23)	-	(849.438)	(849.438)
(-) Ativos mantidos para venda (nota 3.4)	(801.967)		(801.967)
Saldo em 31/12/2017	14.599.903	(6.708.761)	7.891.142
(+/-) Variação cambial	2.283.577	(1.062.329)	1.221.248
Saldo em 31/12/2018	16.883.480	(7.771.090)	9.112.390

A composição do ágio por segmento é a seguinte:

		Consolidado
	2018	2017
Brasil	373.135	373.135
Aços Especiais	2.854.888	2.487.364
América do Norte	5.884.367	5.030.643
	9.112.390	7.891.142

NOTA 12 – OUTROS INTANGÍVEIS

Os outros intangíveis referem-se, substancialmente, ao relacionamento com clientes decorrente da aquisição de empresas e ao desenvolvimento de software com aplicação na gestão do negócio:

					Consolidado
	Relacionamento	Desenvolvimento de	Relacionamento		
	com fornecedores	software	com clientes	Outros	Total
Saldo em 01/01/2017	39.726	636.605	615.608	28.002	1.319.941
Variação cambial	-	2.947	3.835	884	7.666
Aquisição	-	37.939	-	-	37.939
Baixas	-	-	(27.652)	-	(27.652)
Amortização	(6.940)	(149.150)	(125.621)	(3.486)	(285.197)
(-) Ativos mantidos para venda (nota 3.4)		(37.512)	(25.396)	(17.700)	(80.608)
Saldo em 31/12/2017	32.786	490.829	440.774	7.700	972.089
Variação cambial	-	28.598	77.593	1.243	107.434
Aquisição	-	67.388	-	-	67.388
Baixas	-	(3.791)	(88)	-	(3.879)
Amortização	(6.067)	(167.384)	(130.980)	(2.505)	(306.936)
Saldo em 31/12/2018	26.719	415.640	387.299	6.438	836.096
Vida útil média estimada	5 a 20 anos	7 anos	5 a 20 anos	5 anos	

A composição dos outros intangíveis por segmento é a seguinte:

2018	2017
295.107	351.579
136.910	152.639
1.441	1.863
402.638	466.008
836.096	972.089
	295.107 136.910 1.441 402.638

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	_		<u>Controladora</u>	Consolidad		
	Encargos anuais (*)	2018	2017	2018	2017	
Capital de giro	6,78%	-	-	2.424.246	2.739.258	
Financiamento de imobilizado e outros	12,42%	398.691	454.277	1.603.972	2.562.493	
Ten/Thirty Years Bonds	5,81%			9.738.314	11.614.182	
Total dos financiamentos		398.691	454.277	13.766.532	16.915.933	
Circulante	_	398.691	5.205	2.220.874	2.009.546	
Não circulante		-	449.072	11.545.658	14.906.387	
Valor do principal dos financiamentos		377.778	449.072	13.556.235	16.656.193	
Valor dos juros dos financiamentos	_	20.913	5.205	210.297	259.740	
Total dos financiamentos		398.691	454.277	13.766.532	16.915.933	

^(*) Custo médio ponderado nominal de juros no Consolidado em 31/12/2018.

Em 31/12/2018, o custo médio ponderado nominal de juros do consolidado é de 6,67%.

Os empréstimos e financiamentos, denominados em reais, são corrigidos por taxa fixa ou indexados conforme os seguintes indicadores: TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), CDI (Certificados de Depósito Interbancário), IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado) e IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

		Consolidado
	2018	2017
Real (BRL)	2.760.301	3.165.513
Dólar Norte-Americano (USD)	10.924.355	13.332.741
Demais moedas	81.876	417.679
	13.766.532	16.915.933

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

		<u>Controladora</u>		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
2019	-	449.072	-	1.322.346
2020	-	-	2.253.958	3.158.211
2021	-	-	1.199.045	1.730.177
2022	-	-	121.490	147.715
2023	-	-	1.209.109	1.296.597
2024 em diante	<u>-</u>		6.762.056	7.251.341
	<u> </u>	449.072	11.545.658	14.906.387

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

a) Principais captações em 2018

Em março de 2018, a controlada Gerdau Açominas realizou uma captação de R\$ 400 milhões junto ao Banco do Brasil com vencimento em 28/04/2019 e obrigações de comprovação de exportação.

Em março de 2018, a controladora Metalúrgica Gerdau S.A. concluiu a emissão de Notas Promissórias junto ao Banco do Brasil, com vencimento em 28/04/2019, no montante de R\$ 400 milhões para refinanciamento de dívidas existentes com este banco e manutenção de cláusula de alienação em favor do Banco do Brasil de ações preferenciais (GGBR4) de titularidade da Metalúrgica Gerdau S.A. como garantia de 120% do saldo da operação. Em 31/12/2018, o saldo devedor desta operação era de R\$ 378 milhões.

Em abril de 2018, as controladas Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A. realizaram uma captação de R\$ 400 milhões junto ao Citibank S.A. com garantia da Gerdau S.A. e vencimento em 15/04/2019.

b) Índices de Monitoramento

Apenas operações com o BNDES contemplam monitoramento de índices de endividamento da Companhia estabelecidos em contrato. Numa eventual quebra do indicador na medição anual, a Companhia entraria em um período de cura e uma posterior renegociação de garantias, portanto, não se configurando em possibilidade de evento de *default*.

c) Garantias

Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade FINAME/BNDES, cujo saldo devedor, em 31/12/2018, era de R\$ 90,5 milhões, foram oferecidos os bens objeto destes, em alienação fiduciária.

Em garantia ao financiamento das Notas Promissórias foi oferecida a alienação fiduciária de ações preferenciais de emissão da Gerdau S.A, de titularidade da Companhia, equivalente a 120% do saldo da transação.

d) Linhas de crédito e contas garantidas

Em junho de 2009, a Gerdau S.A. e algumas de suas controladas no Brasil obtiveram uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$ 1,5 bilhão para reformas e modernizações em diversas áreas, ampliações de capacidade de produção de determinadas linhas de produtos, investimentos em logística e geração de energia, além de projetos ambientais e de sustentabilidade. Esses recursos são disponibilizados à medida que Gerdau S.A. e suas controladas realizam seu plano próprio de investimentos e apresentem ao BNDES a respectiva comprovação de realização. A taxa de juros para essa linha de crédito é determinada na ocasião de cada desembolso, e é composta por indexadores atrelados à TJLP + 2,16% a.a. O saldo devedor dessa operação era de R\$ 253,7 milhões em 31/12/2018.

Em outubro de 2017, a Companhia concluiu a renovação e redução do volume da operação *Senior Unsecured Global Working Capital Credit Agreement*, uma linha de crédito *revolver* de US\$ 800 milhões que objetiva prover liquidez às suas controladas. A linha é dividida em duas tranches, sendo US\$ 200 milhões destinados às controladas da América do Norte e US\$ 600 milhões às controladas da América Latina, incluindo o Brasil. As empresas Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A. prestam garantia e a operação vence em outubro de 2020. Em 31/12/2018, o montante utilizado nesta linha era de US\$ 50 milhões (R\$ 193,7 milhões em 31/12/2018).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 14 – DEBÊNTURES

						Controladora		Consolidado
_	Assembléia	Quantidade	em 31/12/2018					
Emissão	Geral	Emitida	Em carteira	Vencimento	2018	2017	2018	2017
Metalúrgica Gerdau S.A.								
5 ^a	07/07/2016	4.500.000	-	09/08/2019	250.159	253.370	250.159	253.370
Gerdau S.A.								
3 ^a - Ae B	27/05/1982	144.000	141.144	01/06/2021	-	-	18.871	21.377
7ª	14/07/1982	68.400	68.271	01/07/2022	-	-	1.103	1.332
8 ^a	11/11/1982	179.964	178.516	02/05/2023	-	-	8.080	14.557
9ª	10/06/1983	125.640	125.365	01/09/2024	-	-	2.349	4.900
11 ^a - A e B	29/06/1990	150.000	149.294	01/06/2020	-	-	5.716	5.761
15ª	09/11/2018	1.500.000	-	21/11/2022	-	-	1.502.755	-
Total Consolidado				_	250.159	253.370	1.789.033	301.297
Parcela do Circulante					250.159	6.554	252.915	6.554
Parcela do Não-circulante					-	246.816	1.536.118	294.743

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

•		Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
2019	-	246.816	-	246.816
2020	-	-	5.716	5.761
2021	-	-	18.871	21.377
2022	-	-	1.501.102	1.332
2023	-	-	8.080	14.557
2024 em diante			2.349	4.900
	<u> </u>	246.816	1.536.118	294.743

15ª Emissão de Debêntures de Gerdau S.A.: Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 09/11/2018 foi aprovada a Décima Quinta Emissão de Debêntures Simples e não conversíveis em ações, em Série Única. O valor da Emissão, subscrito e integralizado, foi de R\$ 1,5 bilhões, representados por 1.500.000 debêntures, de valor nominal de R\$ 1.000,00, e os recursos líquidos foram utilizados para reforço de caixa, com o objetivo de atender seus negócios de gestão ordinária

5ª Emissão de Debêntures: Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (AGE) realizada em 07/07/2016 foi aprovada a Quinta Emissão Privada de Debêntures Conversíveis ou Permutáveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Colocação Privada. O valor da Emissão, subscrito e integralizado, foi de R\$ 450 milhões, representados por 4.500.000 debêntures, de valor nominal de R\$ 100,00, e os recursos líquidos foram utilizados para amortização, pagamento de juros e quitação de dívidas de curto prazo e reforço de caixa da Companhia. Em 31/12/2018, do total de debêntures emitidas, permanecem em circulação 2.494.226 debêntures (2.587.623 debêntures em 31/12/2017), sendo que no exercício de 2018 foram convertidas 93.289 debêntures (nota 22) e permutadas 108 debêntures (nota 9) (492.507 debêntures convertidas e 8 debêntures permutadas em 2017). Conforme descrito na nota 22, a Companhia registrou, no momento inicial, o componente de Patrimônio contido nesta emissão de Debêntures no montante de R\$ 40.732 em Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Em decorrência dos exercícios de opção de conversão de debêntures em ações ocorridos, o saldo do componente de patrimônio representa um montante de R\$ 4.374 em 31/12/2018 (R\$ 11.946 em 31/12/2017).

As debêntures das demais emissões apresentadas no quadro acima são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A taxa nominal média anual de juros foi de 6,42% e 9,93%, para o exercício findo em 31/12/2018 e 31/12/2017, respectivamente.

A Companhia possui avais prestados pelos controladores em garantia às debêntures das 7^a, 8^a, 9^a e 11^a emissões.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais - a Metalúrgica Gerdau S.A. e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas a Aplicações financeiras, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures, Partes relacionadas, Ganhos não realizados com instrumentos financeiros, Perdas não realizadas com instrumentos financeiros, Obrigações por compra de ações, Obrigações com FIDC, Outros ativos circulantes, Outros ativos não-circulantes, Outros passivos circulantes e Outros passivos não-circulantes.

A Companhia utiliza instrumentos derivativos e não derivativos como *hedges* de determinadas operações e aplica a metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para algumas dessas transações. Estas operações não são conduzidas com propósitos especulativos e têm por objetivo a proteção da Companhia contra variações das taxas de câmbio de empréstimos denominados em moeda estrangeira e flutuações de taxas de juros.

b) Valor justo - o valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

			C	ontroladora				Consolidado
		2018		2017		2018		2017
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	contábil	justo	contábil	justo	contábil	justo	contábil	justo
Ativos		,						
Aplicações financeiras	24.427	24.427	108.891	108.891	459.470	459.470	821.518	821.518
Partes relacionadas	-	-	-	-	27.939	27.939	51.839	51.839
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	-	-	-	33.417	33.417	-	-
Outros ativos circulantes	372	372	1.032	1.032	780.794	780.794	470.767	470.767
Outros ativos não-circulantes	320	320	33	33	449.912	449.912	543.006	543.006
Passivos								
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	398.691	398.691	454.277	454.277	13.766.532	13.766.532	16.915.933	17.556.789
Debêntures	250.159	250.159	253.370	253.370	1.789.033	1.789.033	301.297	301.297
Partes relacionadas	-	-	-	-	1.350	1.350	-	-
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	-	-	-	-	5.245	5.245	1.267	1.267
Obrigações com FIDC	-	-	-	-	938.526	938.526	1.135.077	1.135.077
Outros passivos circulantes	163	163	102	102	989.131	989.131	625.511	625.511
Outros passivos não circulantes	287	287	-	-	474.952	474.952	544.779	544.779

O valor justo de Empréstimos e Financiamentos são baseados em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros, que são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo seu valor de livros, são substancialmente similares a aqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Entretanto, uma vez que não existe mercado ativo para estes instrumentos, diferenças podem existir se forem liquidados antecipadamente. A hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros acima é apresentada na nota 15.g.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de preço das *commodities*: é o risco do efeito de flutuações nos preços dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em razão de operar num mercado de *commodities*, a Companhia poderá ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: é o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como *Libor* e CDI. Desta forma, a Companhia pode contratar *swaps* de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco.

Risco de taxas de câmbio: é o risco do efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações, seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira e os investimentos no exterior mais do que equivalem a seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

gerenciamento destas exposições ocorre também para cada operação, havendo um descasamento entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio.

Risco de crédito: esse risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Caso clientes sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito.

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido), baseada em políticas internas e benchmarks. O nível de alavancagem financeira é definido pelo indicador Divida Liquida sobre EBITDA. A Dívida Líquida é formada pelo principal da dívida reduzida pelo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (notas 4, 13 e 14). Outro indicador chave adicionado recentemente é o valor de Dívida Bruta máxima que atua com o objetivo de limitar o endividamento em diferentes momentos do ciclo financeiro. A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado. No longo prazo, a Companhia busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo, admitindo variações pontuais no curto prazo:

Dívida Líquida/EBITDAentre 1,0x a 1,5xLimite nominal da Dívida BrutaR\$ 12 BilhõesPrazo Médio> 6 anos

Estes indicadores chave são usados para monitorar os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos Empréstimos e financiamentos e Debêntures são apresentados nas notas 13 e 14, respectivamente.

					Controladora
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	19	19	-	-	
Empréstimos e financiamentos	428.446	428.446	-	-	-
Debêntures	251.831	251.831	-	-	-
Outros passivos circulantes	163	163	-	-	-
Outros passivos não circulantes	287	-	287	-	-
•	680.746	680.459	287	-	
					Controladora
					2017
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	502.127	37.105	465.022	-	-
Debêntures	276.000	26.784	249.216	-	-
Outros passivos circulantes	102	102	-	-	=
	778.229	63.991	714.238		

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

					Consolidado
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	4.119.074	4.119.074			
Empréstimos e financiamentos	21.042.179	3.245.792	5.053.827	2.509.962	10.232.598
Debêntures	2.192.306	356.827	231.817	1.600.632	3.030
Partes relacionadas	1.350	1.350	-	-	-
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	5.245	5.245	-	-	-
Obrigações com FIDC	938.526	-	-	-	938.526
Outros passivos circulantes	989.131	989.131	-	-	-
Outros passivos não circulantes	474.952		13.295		461.657
	29.762.763	8.717.419	5.298.939	4.110.594	11.635.811
					Consolidado
	<u></u>				2017
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	3.179.954	3.179.954	_	-	-
Empréstimos e financiamentos	24.972.877	3.228.898	6.525.208	3.168.144	12.050.627
Debêntures	335.127	26.784	255.743	40.289	12.311
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	1.267	1.267	_	-	_
Obrigações com FIDC	1.135.077	_	_	_	1.135.077
Outros passivos circulantes	625.511	625.511	_	_	_
Outros passivos não circulantes	544.779		13.209		531.570
	30.794.592	7.062.414	6.794.160	3.208.433	13.729.585

Análises de sensibilidade:

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade que podem ser assim resumidos:

Impacto na Demonstração dos Resultados

Premissa	<u>Variação</u>	2018	2017
Variações na moeda estrangeira	5%	112.795	129.162
Variações nas taxas de juros	10bps	55.189	65.415
Variações no preço dos produtos vendidos	1%	461.595	369.176
Variações no preço das matérias-primas e demais insumos	1%	296.234	234.239
Cross currency swaps (taxa de juros/moeda estrangeira)	10bps/5%	11.073	6.479
Swaps de taxas de juros	50bps	476	-
Contratos futuros de moedas	5%	7.063	1.480

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira (Foreign currency sensitivity analysis): em 31/12/2018 a Companhia está exposta principalmente a variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e o Dólar em suas dívidas que não possuem hedge. Nesta análise, caso o Real se aprecie em relação ao Dólar, isto representaria um ganho de R\$ 112.795 e R\$ 73.807 após os efeitos decorrentes das alterações de hedge de investimento líquido descritos na nota 15.g - (R\$ 129.162 e R\$ 79.041 em 31/12/2017, respectivamente). Caso o Real se deprecie em relação ao Dólar isso representaria uma despesa de mesmo valor. Em função do investment hedge as variações são minimizadas quando analisadas as contas de variação cambial e imposto de renda.

Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros (*Interest rate sensitivity analysis*): a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 *basis points* (bps) sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida. O impacto calculado, considerando esta variação na taxa de juros monta, em 31/12/2018, R\$ 55.189 (R\$ 65.415 em 31/12/2017) e impactaria a conta de Despesas financeiras na Demonstração Consolidada dos Resultados. As taxas de juros específicas a que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos Empréstimos e financiamentos e Debêntures, são apresentadas nas notas 13 e 14, e são principalmente compostas por *Libor* e CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Análise de sensibilidade das variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção: a Companhia está exposta a variações no preço de seus produtos. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos da Companhia e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de *commodities*. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos, levando em consideração as receitas e custos do período de doze meses findos em 31/12/2018, totaliza R\$ 461.595 (R\$ 369.176 em 31/12/2017) e matérias-primas e demais insumos montam R\$ 296.234 em 31/12/2018 (R\$ 234.239 em 31/12/2017). Os impactos no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriam registrados nas linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração Consolidada dos Resultados. A Companhia não espera estar mais vulnerável à mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias-primas.

Análise de sensibilidade dos *swaps* de taxas de juros e moedas: a Companhia possui *swaps* de taxa de juros e moedas para alguns de seus Empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 bps na curva de juros e de 5% na taxa de câmbio e os seus impactos na marcação a mercado dos *swaps* para as operações de *Cross Currency Swap*, e de 50 bps na curva de juros para as operações Pré x DI. Estas variações representam uma receita ou uma despesa de R\$ 11.549 (R\$ 6.479 em 31/12/2017). Estes efeitos seriam reconhecidos na Demonstração dos Resultados Abrangentes. Os *swaps* de taxas de juros que a Companhia está exposta são apresentados na nota 15.e.

Análise de sensibilidade dos contratos futuros de Dólar: a Companhia possui exposição a contratos futuros de Dólar para alguns de seus ativos e passivos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% do Dólar frente ao Real e ao Peso Argentino, e os seus efeitos na marcação a mercado desses derivativos. Um aumento de 5% do Dólar frente ao Real e ao Peso Argentino representa uma receita de R\$ 7.063 (receitas ou despesas de R\$ 1.480 em 31/12/2017, considerando que nesta posição possuíamos operações do Dólar frente ao Real e ao Peso Argentino; e uma redução de 5% do Dólar frente ao Real e ao Peso Argentino representa uma despesa no mesmo valor. Os contratos futuros de Dólar/Real e Dólar/Peso Argentino tiveram como objetivo a cobertura das posições ativas e passivas em Dólar e os efeitos da marcação a mercado destes contratos foram registrados na Demonstração Consolidada dos Resultados. Os contratos futuros de Dólar que a Companhia está exposta são apresentados na nota 15.e.

Conforme determinado pela Instrução CVM Nº 475/08, segue quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo:

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Contratos swap		5% US\$ e 10bps CDI	10% US\$ e 1.000bps CDI	15% US\$ e 1.500bps CDI
Swap de moeda	Variação na taxa de juros/câmbio	11.073	21.115	30.296
Contratos swap		50bps CDI	150bps CDI	500bps CDI
Swap de juros	Variação na taxa de juros	476	1.408	4.489
Contratos a termo		5%	25%	50%
Contratos futuros de I	Dólar Variação na taxa de câmbio	7.063	29.664	49.440

d) Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

			Controladora				Consolidado
31/12/2018	C	Ativos a valor justo por meio do	Tetal	C	Ativos a valor justo por meio do	Ativos a valor justo por meio de outros resultados	Tetal
Ativos	Custo amortizado	resultado	Total	Custo amortizado	resultado	abrangentes	Total
Aplicações financeiras	-	24.427	24.427	-	459.470	-	459.470
Partes relacionadas	-	-	-	27.939	-	-	27.939
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	-		-	-	33.417	33.417
Outros ativos circulantes	372	-	372	780.794	-	-	780.794
Outros ativos não-circulantes	320		320	369.674	80.238		449.912
Total	692	24.427	25.119	1.178.407	539.708	33.417	1.751.532
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2018	4.110	3,323	7,433	633,860	118.404		752,264

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

		Co	ontroladora			Consolidado
		C		sivos a valor justo por meio do		Consolidado
Passivos	Custo am	ortizado	Total	resultado	Custo amortizado	Total
Empréstimos e Financiamentos		398.691	398.691		13.766.532	13.766.532
Debêntures		250.159	250.159	=	1.789.033	1.789.033
Partes relacionadas		-	-	-	1.350	1.350
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros		-	-	5.245	-	5.245
Obrigações com FIDC		-	-	-	938.526	938,526
Outros passivos circulantes		163	163	-	989.131	989.131
Outros passivos não-circulantes		287	287	-	474.952	474.952
Total		649,300	649.300	5.245	17.959.524	17.964.769
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2018		(50.943)	(50.943)	(17.484)	(2.668.085)	(2,685,569)
Resultado financeiro do exercicio findo em 51/12/2016		(30.743)	Controladora	(17.404)	(2.008.083)	Consolidado
Altivos Aplicações financeiras Contas a receber de clientes Partes relacionadas Outros ativos circulantes Outros ativos não-circulantes Total Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2017	Empréstimos e recebíveis 1.032 33 1.065 (51.007)	reconhecidos no resultado 108.891	Total 108.891 1.032 33 109.956 (34.447)	Empréstimos e recebíveis 2.798.420 51.839 470.767 462.768 3.783.794 126.458	reconhecidos no resultado 821.518 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	Total 821.518 2.798.420 51.839 470.767 543.006 4.685.550 230.260
Resultado financeiro do exercicio findo em 31/12/2017	(31.007)	16.360	Controlador		103.802	Consolidado
	Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no	Outros passivos financeiros ao custo		Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no	Outros passivos financeiros ao custo	
Passivos	resultado	amortizado	Tota		amortizado	Total
Empréstimos e Financiamentos	-	454.277	454.27		16.915.933	16.915.933
Debêntures	-	253.370	253.37		301.297	301.297
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	-	-		- 1.267	-	1.267
Obrigações com FIDC	-	-		-	1.135.077	1.135.077
Outros passivos circulantes	-	102	10	2 -	625.511	625.511
Outros passivos não-circulantes				<u> </u>	544.779	544.779
Total		707.749	707.74		19.522.597	19.523.864
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2017	61.426	(85.157)	(23.73)	48.923	(1.480.709)	(1.431.786)

Em 31/12/2018, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juros e contratos a termo de Dólar. Destes instrumentos, parte está classificada como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*) e sua efetividade pode ser mensurada, tendo suas perdas e/ou ganhos não realizados classificados diretamente em Outros Resultados Abrangentes. Os demais instrumentos financeiros derivativos tiveram suas perdas e/ou ganhos realizados e não realizados apresentados na conta Ganhos (Perdas) com Instrumentos Financeiros, líquido na Demonstração Consolidada dos Resultados.

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: a fim de executar sua estratégia de crescimento sustentável, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar os riscos de mercado.

O objetivo da Companhia ao contratar operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes. Todos os instrumentos derivativos em vigor são revisados mensalmente pelo Comitê de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

Política de uso de derivativos: a Companhia está exposta a vários riscos de mercado, entre os quais, a flutuação das taxas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities*. A Companhia utiliza derivativos e outros instrumentos financeiros para reduzir o impacto de tais riscos no valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxo de caixa e receitas futuros. A Companhia estabeleceu políticas para verificar os riscos de mercado e para aprovar a utilização de operações de instrumentos financeiros derivativos relacionados a estes riscos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando eles possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Política de apuração do valor justo: o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e outras técnicas de valoração, dentre as quais preços futuros e curvas de mercado.

As operações de derivativos podem incluir: swaps de taxas de juros e/ou de moeda, contratos futuros de moeda e contratos de opções de moeda.

Contratos de Swap

A Companhia contratou operações de *Cross Currency Swaps*, qualificadas ou não como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), através das quais recebe uma taxa de juros variável baseada na *Libor* e/ou taxa fixa em Dólar e paga uma taxa de juros fixa ou flutuante baseada na moeda local. A companhia também contratou operação de swap Pré x DI, através da qual recebe uma taxa de juros fixa e paga uma taxa de juros flutuante, ambas em moeda local. As contrapartes destas operações são instituições financeiras com baixo risco de crédito.

Os instrumentos derivativos podem ser resumidos e categorizados da seguinte forma:

			_				Consolidado
			Valor de referência	Va	alor a receber		Valor a pagar
Contratos de Proteção Patrimonial	Posição	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Contratos futuros de Dólar							
Vencimento em 2019	comprado em US\$	US\$ 19,2 milhões	-	-	-	(4.069)	-
Vencimento em 2019	vendido em US\$	US\$ 18,3 milhões	-	462	-	(1.176)	-
Contratos cross currency swap							
Vencimento em 2018	INR 10,17%	Ξ	US\$ 40,0 milhões	=	=	=	(1.267)
Vencimento em 2019	CDI 111,50%	R\$ 230,5 milhões	Ē	30.249	=	=	-
Contratos swap de taxa de juros							
Vencimento em 2020	CDI 111,50%	R\$ 50,0 milhões	-	2.706	-		-
Total valor justo instrumentos financeiros				33.417	<u> </u>	(5.245)	(1.267)
Os testes prospectivos e retro	spectivos demo	onstraram a efe	tividade destes ins	strumentos.			
Ganhos não realizados com	instrumentos	financeiros			2018		2017
Ativo circulante					30.711		-
Ativo não circulanto					2 706		_

Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	2018	2017
Ativo circulante	30.711	-
Ativo não-circulante	2.706	-
	33.417	
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros		
Passivo circulante	(5.245)	-
Passivo não-circulante	-	(1.267)
	(5.245)	(1.267)
		_
Demonstração do Resultado	2018	2017
Ganho com instrumentos financeiros	49.576	9.666
Perda com instrumentos financeiros	(17.484)	(19.107)
	32.092	(9.441)
Demonstração do Resultado Abrangente		
Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros	11.947	(11.364)
	11.947	(11.364)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

f) Hedge de investimento líquido (Net investment hedge)

A Companhia optou por designar como *hedge* parte dos investimentos líquidos em controladas no exterior em contrapartida às operações de *Ten/Thirty Years Bonds*. Como consequência, o efeito da variação cambial dessas dívidas tem sido reconhecido na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

A variação cambial gerada sobre as operações de *Ten/Thirty Years Bonds* no montante de US\$ 1,8 bilhão (designadas como hedge) é reconhecida na Demonstração dos Resultados Abrangentes, enquanto que a variação cambial sobre a parcela de US\$ 0,3 bilhão (não designada como hedge) é reconhecida no resultado. Adicionalmente, a Companhia optou por designar como *hedge* parte dos investimentos líquidos de operações de financiamentos detidos pela controlada Gerdau Açominas S.A., no valor de US\$ 0,1 bilhão, as quais foram efetuadas com o propósito de prover parte dos recursos para a aquisição destes investimentos no exterior.

Com base na norma e na interpretação citadas acima, a Companhia provou a efetividade do hedge a partir das suas datas de designação e demonstrou a alta efetividade do *hedge* a partir da contratação de cada dívida para aquisição dessas empresas no exterior, cujos efeitos foram mensurados e reconhecidos diretamente nos Resultados Abrangentes como uma perda não realizada no montante de R\$ 572.101 para o exercício findo em 31/12/2018, na Controladora (perda de R\$ 56.783 para o exercício findo em 31/12/2017) e como uma perda não realizada, liquida de impostos, no montante de R\$ 1.191.534 para o exercício findo em 31/12/2018, no Consolidado (perda de R\$ 148.560 para o exercício findo em 31/12/2017).

O objetivo do *hedge* é proteger, durante a existência da dívida, o valor de parte do investimento da Companhia em controladas no exterior contra oscilações positivas e negativas na taxa de câmbio. Este objetivo é consistente com a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia. Os testes prospectivos e retrospectivos demonstraram a efetividade destes instrumentos.

g) Mensuração do valor justo:

As IFRS definem o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis. As IFRS descrevem os três níveis de informações que devem ser utilizados na mensuração ao valor justo:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Em 31/12/2018, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e instrumentos derivativos.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos da IFRS 7 (CPC 40) em 31/12/2018, são os seguintes:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

						Controladora
			Preços cotados e	n mercados	Mensuração a Preços cotados	· ·
			ativos para ativo		não ativos para ati	
	Sa	aldo Contábil		(Nível 1)		(Nível 2)
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativo circulante						
Aplicações financeiras						
Títulos para negociação	24.427	108.891	24.427	108.891	-	-
Outros ativos circulantes	372	1.032	-	-	372	1.032
Ativo não-circulante						
Outros ativos não-circulantes	320	33	<u> </u>		320	33
	25.119	109.956	24.427	108.891	692	1.065
Passivo circulante						
Empréstimos e Financiamentos	398.691	5.205	-	_	398.691	5.205
Debêntures	250.159	6.554	-	-	250.159	6.554
Outros passivos circulantes	163	102	-	-	163	102
Passivo não-circulante						
Empréstimos e Financiamentos	-	449.072	-	-	_	449.072
Debêntures	-	246.816	-	-	-	246.816
Outros passivos não circulantes	287	-	-	-	287	-
•	649.300	707.749		-	649.300	707.749
					Mensuração	Consolidado ao valor justo
		Saldo Contábil	Preços cotados ativos para at	tivos idênticos	Mensuração Preços cotados não ativos para a	ao valor justo s em mercados tivos similares
	2018	Saldo Contábil 2017			Preços cotados	ao valor justo em mercados
			ativos para at	tivos idênticos (Nível 1)	Preços cotados não ativos para a	ao valor justo s em mercados tivos similares (Nível 2)
Aplicações financeiras	2018	2017	ativos para at	tivos idênticos (Nível 1) 2017	Preços cotados não ativos para al 2018	ao valor justo s em mercados tivos similares (Nível 2) 2017
Aplicações financeiras Títulos para negociação	2018 459.470		ativos para at	tivos idênticos (Nível 1)	Preços cotados não ativos para at 2018	ao valor justo s em mercados tivos similares (Nível 2)
Aplicações financeiras	2018	2017	ativos para at	tivos idênticos (Nível 1) 2017	Preços cotados não ativos para al 2018	ao valor justo s em mercados tivos similares (Nível 2) 2017
Aplicações financeiras Títulos para negociação Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos circulantes	2018 459.470 30.711	2017 821.518	ativos para at	tivos idênticos (Nível 1) 2017	Preços cotados não ativos para at 2018 345.443 30.711	ao valor justo s em mercados tivos similares (Nível 2) 2017
Títulos para negociação Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	2018 459.470 30.711	2017 821.518	ativos para at	tivos idênticos (Nível 1) 2017	Preços cotados não ativos para at 2018 345.443 30.711	ao valor justo s em mercados tivos similares (Nível 2) 2017
Aplicações financeiras Títulos para negociação Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos circulantes Ativo não-circulante Partes relacionadas Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	2018 459.470 30.711 780.794 27.939 2.706	821.518 - 470.767 51.839	ativos para at	tivos idênticos (Nível 1) 2017	Preços cotados não ativos para at 2018 2018 2018 2018 27.939 2.706	ao valor justo s em mercados tivos similares (Nível 2) 2017 583.510 - 470.767
Aplicações financeiras Títulos para negociação Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos circulantes Ativo não-circulante Partes relacionadas	2018 459.470 30.711 780.794 27.939 2.706 449.912	821.518 - 470.767 51.839 - 543.006	2018 2018 114.027	238.008	Preços cotados não ativos para at 2018 2018 2018 2018 27.939 2.706 449.912	ao valor justo s em mercados tivos similares (Nível 2) 2017 583.510 - 470.767 51.839 - 543.006
Aplicações financeiras Títulos para negociação Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos circulantes Ativo não-circulante Partes relacionadas Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	2018 459.470 30.711 780.794 27.939 2.706	821.518 - 470.767 51.839	ativos para at	tivos idênticos (Nível 1) 2017	Preços cotados não ativos para at 2018 2018 2018 2018 27.939 2.706	ao valor justo s em mercados tivos similares (Nível 2) 2017 583.510 - 470.767
Aplicações financeiras Títulos para negociação Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos circulantes Ativo não-circulante Partes relacionadas Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos não-circulantes Passivo circulante	2018 459.470 30.711 780.794 27.939 2.706 449.912 1.751.532	821.518 470.767 51.839 543.006 1.887.130	2018 2018 114.027	238.008	Preços cotados não ativos para at 2018 2018 2018 2018 2018 2018 2018 2018	ao valor justo s em mercados tivos similares (Nível 2) 2017 583.510 - 470.767 51.839 - 543.006 1.649.122
Aplicações financeiras Títulos para negociação Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos circulantes Ativo não-circulante Partes relacionadas Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos não-circulantes Passivo circulante Empréstimos e Financiamentos	2018 459.470 30.711 780.794 27.939 2.706 449.912 1.751.532	\$21.518 - 470.767 51.839 - 543.006 1.887.130	2018 2018 114.027	238.008	Preços cotados não ativos para at 2018 2018 2018 2018 2018 2018 2018 2018	ao valor justo s em mercados tivos similares (Nível 2) 2017 583.510 - 470.767 51.839 - 543.006 1.649.122
Aplicações financeiras Títulos para negociação Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos circulantes Ativo não-circulante Partes relacionadas Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos não-circulantes Passivo circulante Empréstimos e Financiamentos Debêntures	2018 459.470 30.711 780.794 27.939 2.706 449.912 1.751.532 2.220.874 252.915	821.518 470.767 51.839 543.006 1.887.130	2018 2018 114.027	238.008	Preços cotados não ativos para at 2018 2018 345.443 30.711 780.794 27.939 2.706 449.912 1.637.505 2.220.874 252.915	ao valor justo s em mercados tivos similares (Nível 2) 2017 583.510 - 470.767 51.839 - 543.006 1.649.122
Aplicações financeiras Títulos para negociação Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos circulantes Ativo não-circulante Partes relacionadas Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos não-circulantes Passivo circulante Empréstimos e Financiamentos	2018 459.470 30.711 780.794 27.939 2.706 449.912 1.751.532	\$21.518 - 470.767 51.839 - 543.006 1.887.130	2018 2018 114.027	238.008	Preços cotados não ativos para at 2018 2018 2018 2018 2018 2018 2018 2018	ao valor justo s em mercados tivos similares (Nível 2) 2017 583.510 - 470.767 51.839 - 543.006 1.649.122
Aplicações financeiras Títulos para negociação Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos circulantes Ativo não-circulante Partes relacionadas Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos não-circulantes Passivo circulante Empréstimos e Financiamentos Debêntures Perdas não realizadas com instrumentos financeiros Outros passivos circulantes	2018 459.470 30.711 780.794 27.939 2.706 449.912 1.751.532 2.220.874 252.915 5.245	\$21.518 - 470.767 51.839 - 543.006 1.887.130 2.009.546 6.554	2018 2018 114.027	238.008 238.008	Preços cotados não ativos para at 2018 2018 345.443 30.711 780.794 27.939 2.706 449.912 1.637.505 2.220.874 252.915 5.245	ao valor justo s em mercados tivos similares (Nível 2) 2017 583.510 470.767 51.839 543.006 1.649.122 2.009.546 6.554
Aplicações financeiras Títulos para negociação Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos circulantes Ativo não-circulante Partes relacionadas Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos não-circulantes Passivo circulante Empréstimos e Financiamentos Debêntures Perdas não realizadas com instrumentos financeiros Outros passivos circulantes	2018 459.470 30.711 780.794 27.939 2.706 449.912 1.751.532 2.220.874 252.915 5.245	\$21.518 - 470.767 51.839 - 543.006 1.887.130 2.009.546 6.554	2018 2018 114.027	238.008 238.008	Preços cotados não ativos para at 2018 2018 345.443 30.711 780.794 27.939 2.706 449.912 1.637.505 2.220.874 252.915 5.245	ao valor justo s em mercados tivos similares (Nível 2) 2017 583.510 470.767 51.839 543.006 1.649.122 2.009.546 6.554
Aplicações financeiras Títulos para negociação Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos circulantes Ativo não-circulante Partes relacionadas Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos não-circulantes Passivo circulante Empréstimos e Financiamentos Debêntures Perdas não realizadas com instrumentos financeiros Outros passivos circulantes	2018 459.470 30.711 780.794 27.939 2.706 449.912 1.751.532 2.220.874 252.915 5.245 989.131	2017 821.518 - 470.767 51.839 - 543.006 1.887.130 2.009.546 6.554 - 625.511	2018 2018 114.027	238.008 238.008	Preços cotados não ativos para at 2018 2018 2018 2018 2018 2018 2018 2018	ao valor justo s em mercados tivos similares (Nível 2) 2017 583.510 - 470.767 51.839 - 543.006 1.649.122 2.009.546 6.554 - 625.511
Aplicações financeiras Títulos para negociação Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos circulantes Ativo não-circulante Partes relacionadas Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos não-circulantes Passivo circulante Empréstimos e Financiamentos Debêntures Perdas não realizadas com instrumentos financeiros Outros passivos circulantes Passivo não-circulante Empréstimos e Financiamentos Debêntures Pessivo não-circulante Empréstimos e Financiamentos Debêntures Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	2018 459.470 30.711 780.794 27.939 2.706 449.912 1.751.532 2.220.874 252.915 5.245 989.131 11.545.658 1.536.118	2017 821.518 - 470.767 51.839 - 543.006 1.887.130 2.009.546 6.554 - 625.511 14.906.387	2018 2018 114.027	238.008 238.008	Preços cotados não ativos para at 2018 345.443 30.711 780.794 27.939 2.706 449.912 1.637.505 2.220.874 252.915 5.245 989.131 11.545.658 1.536.118	ao valor justo s em mercados tivos similares (Nível 2) 2017 583.510 - 470.767 51.839 - 543.006 1.649.122 2.009.546 6.554 - 625.511
Aplicações financeiras Títulos para negociação Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos circulantes Ativo não-circulante Partes relacionadas Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos não-circulantes Passivo circulante Empréstimos e Financiamentos Debêntures Perdas não realizadas com instrumentos financeiros Outros passivos circulantes Passivo não-circulante Empréstimos e Financiamentos Detentures Perdas não realizadas com instrumentos financeiros Debêntures Perdas não realizadas com instrumentos financeiros Partes relacionadas	2018 459.470 30.711 780.794 27.939 2.706 449.912 1.751.532 2.220.874 252.915 5.245 989.131 11.545.658 1.536.118	2017 821.518 - 470.767 51.839 - 543.006 1.887.130 2.009.546 6.554 - 625.511 14.906.387 294.743 1.267	2018 2018 114.027	238.008 238.008	Preços cotados não ativos para at 2018 345.443 30.711 780.794 27.939 2.706 449.912 1.637.505 2.220.874 252.915 5.245 989.131 11.545.658 1.536.118	ao valor justo s em mercados tivos similares (Nível 2) 2017 583.510 470.767 51.839 543.006 1.649.122 2.009.546 6.554 625.511 14.906.387 294.743 1.267
Aplicações financeiras Títulos para negociação Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos circulantes Ativo não-circulante Partes relacionadas Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos não-circulantes Passivo circulante Empréstimos e Financiamentos Debêntures Perdas não realizadas com instrumentos financeiros Outros passivos circulantes Passivo não-circulante Empréstimos e Financiamentos Debêntures Pessivo não-circulante Empréstimos e Financiamentos Debêntures Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	2018 459.470 30.711 780.794 27.939 2.706 449.912 1.751.532 2.220.874 252.915 5.245 989.131 11.545.658 1.536.118	\$21.518 - 470.767 51.839 - 543.006 1.887.130 2.009.546 6.554 - 625.511 14.906.387 294.743	2018 2018 114.027	238.008 238.008	Preços cotados não ativos para at 2018 345.443 30.711 780.794 27.939 2.706 449.912 1.637.505 2.220.874 252.915 5.245 989.131 11.545.658 1.536.118	ao valor justo s em mercados tivos similares (Nível 2) 2017 583.510 - 470.767 51.839 - 543.006 1.649.122 2.009.546 6.554 - 625.511 14.906.387 294.743

h) Movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento:

Conforme requerido pela norma IAS 7 (CPC 03), a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento, da sua Demonstração dos Fluxos de Caixa:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

		Alterações caixa		Alteraçõe		
Controladora	Saldo em 31/12/2017	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 31/12/2018
Empréstimos, Financiamentos, Debentures, Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros e Obrigações por compra de ações	707.647	(72.222)	(27.355)	37.673	3.107	648.850

		Alterações caixa		Alteraçõe		
Controladora	Saldo em 01/01/2017	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 31/12/2017
Empréstimos, Financiamentos, Debentures, Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros e Obrigações por compra de ações	1.202.076	(45.000)	(95.264)	71.897	(426.062)	707.647

		Alterações caixa		Alteraçõe		
Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial, baixa por venda de empresa controlada e outros	Saldo em 31/12/2018
Partes Relacionadas, líquidas	(51.839)	25.755	-	(545)	40	(26.589)
Empréstimos, Financiamentos, Debentures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	17.218.497	(3.511.866)	(1.189.719)	1.215.359	1.823.294	15.555.565

		Alterações caixa		Alteraçõe		
Consolidado	Saldo em 01/01/2017	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial, baixa por venda de empresa controlada e outros	Saldo em 31/12/2017
Partes Relacionadas, líquidas	(57.541)	5.797	-	(95)	-	(51.839)
Empréstimos, Financiamentos, Debentures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	21.778.942	(4.020.541)	(1.425.380)	1.395.345	(509.869)	17.218.497

NOTA 16 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Con	ntroladora_	Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
Encargos sociais sobre folha de pagamento	-	-	58.907	75.778	
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	-	-	25.385	37.444	
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	16	32	2.178	5.443	
Imposto sobre Produtos Industrializados	-	-	14.372	17.305	
Imposto sobre valor agregado e outros	108	31	250.827	148.194	
	124	63	351.669	284.164	

NOTA 17 – PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E ATIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

I) Provisões				
	(Controladora_		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
a) Provisões tributárias	-	-	268.009	257.621
b) Provisões trabalhistas	1.692	1.693	451.042	519.025
c) Provisões cíveis	<u>-</u>	5	52.946	52.937
	1.692	1.698	771.997	829.583

a) Provisões tributárias

A Companhia e suas controladas são autoras em ações judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, para as quais vinham realizando depósitos judiciais e provisões contábeis dos valores em discussão, atualizados, em ambos os casos, pela taxa SELIC que referiam-se aos valores não liquidados de PIS e COFINS desde 2009, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da realização dos referidos depósitos.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou processo relacionado a esse assunto, e, por 6 votos a 4, foi tomada a seguinte decisão: "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS". A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. Contudo, após a publicação do acórdão em 02/10/2017, a Procuradoria da Fazenda Nacional opôs recurso de embargos de declaração, alegando que a decisão do Supremo foi omissa em determinados pontos, e requereu a modulação dos efeitos da decisão, o que pode limitar a produção dos seus efeitos para os contribuintes.

De acordo com o parágrafo 14 do CPC 25 e IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão é reconhecida apenas quando "seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação" dentre outros requisitos. Em 31 de março de 2017, a Companhia, baseada (i) na conclusão do referido julgamento pelo Plenário STF no Recurso Extraordinário de nº 574.706/RG com repercussão geral, que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, e (ii) nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), realizou a reversão da provisão contábil registrando os montantes de R\$ 929.711 na linha de Reversão de passivos contingentes, líquido (Resultado Operacional) e R\$ 369.819, na linha de Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido (Resultado Financeiro), em sua Demonstração dos Resultados. A decisão da Companhia está amparada pelo posicionamento dos seus assessores jurídicos, que, ao reavaliar a probabilidade de perda nas ações em curso relacionadas ao tema, concluíram que a probabilidade de perda, quanto ao julgamento do mérito nas referidas ações, passou a ser remota, a partir da mencionada decisão.

A Companhia enfatiza, contudo, que, em função da possibilidade de que o STF entenda como presentes os requisitos para aplicação de modulação ao caso, e de que a aplicação de tal instrumento resulte na limitação dos efeitos da decisão já proferida, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações, nos termos do parágrafo 59 do CPC 25 e IAS 37. A depender, portanto, dos termos da modulação, conforme definidos pelo STF, tal reavaliação poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões sobre este tema no futuro.

O saldo de depósitos judiciais registrado em 31/12/2018, no montante de R\$ 1.763.085, referente à mesma discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, aguarda o encerramento processual das ações no judiciário para ser restituído à Companhia.

As demais provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas a compensação de créditos de PIS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas.

b) Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista, individuais e coletivas e as discussões envolvem substancialmente pedidos de horas extras, adicional noturno, horas *in itinere*, adicionais de insalubridade e periculosidade, indenização por acidentes do trabalho, doença ocupacional e danos morais, entre outros.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

c) Provisões cíveis

A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, de natureza cível, que representavam em 31/12/2018 o montante indicado como provisão cível referente a essas questões.

A movimentação da provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

	Controladora			Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	
Saldo no início do exercício	1.698	3.404	829.583	2.242.630	
(+) Adições	716	-	178.400	527.543	
(+) Atualização monetária	977	(1.074)	86.603	76.183	
(-) Reversão de passivos contingentes, líquido	-	-	-	(929.711)	
(-) Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido	-	-	-	(369.819)	
(-) Reversão de valores provisionados	(1.699)	(632)	(321.420)	(715.711)	
(+/-) Efeito do câmbio sobre provisões em moeda estrangeira	-	-	(1.169)	(201)	
(-) Constituição de empresa com controle compartilhado		<u> </u>		(1.331)	
Saldo no final do exercício	1.692	1.698	771.997	829.583	

II) Passivos contingentes não provisionados

Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível (mas, não provável) e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas contábeis.

a) Contingências Tributárias

- **a.1**) A Companhia e suas controladas Gerdau S.A., Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., são partes em discussões que tratam de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 614.471.
- **a.2**) A Companhia e algumas de suas controladas no Brasil são partes em demandas que tratam de (i) Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, substancialmente relativas a crédito de IPI sobre insumos, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 341.659, (ii) Programa de Integração Social PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social COFINS, substancialmente relativas a não homologação de compensação de créditos sobre insumos no total de R\$ 1.028.256, (iii) contribuições previdenciárias no total de R\$ 88.374 e (iv) outros tributos, cujo valor total atualizado importa hoje em R\$ 645.817.
- **a.3**) A Companhia e sua controlada Gerdau Aços Longos S.A. são partes em três processos administrativos relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte, cobrados sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante Contratos de "Pré-pagamento de Exportações" (PPE) ou de "Recebimento Antecipado de Exportações" (RAE), no valor atualizado de R\$ 410.893, dos quais: (i) R\$ 125.365, corresponde a um processo da controlada Gerdau Aços Longos que teve seu Recurso Voluntário julgado na primeira instância do Conselho Administrativo de Recurso Fiscais (CARF), ao qual foi negado provimento pelo voto de qualidade, por meio do acórdão publicado em 03/09/2018, em face do qual a Companhia opôs Embargos de Declaração que aguardam julgamento; (ii) R\$132.643, corresponde a um processo da controlada Gerdau Aços Longos que teve sua impugnação julgada improcedente e interpôs Recurso Voluntário à primeira instância do CARF, em 28/08/2018, o qual aguarda julgamento, e; (iii) R\$152.885, corresponde a um processo da companhia, que teve sua impugnação julgada improcedente e interpôs Recurso Voluntário à primeira instância do CARF, em 31/08/2018, o qual aguarda julgamento.
- **a.4**) A Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.) e sua controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. são partes em processos administrativos e judiciais relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL, no valor atualizado de R\$1.200.672. Tais processos dizem respeito a lucros gerados no exterior, dos quais: (i) R\$ 1.023.337, correspondem a dois processos da Controlada Gerdau

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Internacional Empreendimentos Ltda., sendo que (i.a) R\$ 988.819 correspondem a um processo cuja discussão administrativa já se encerrou e atualmente se encontram em Execução Fiscal, em relação à qual a Companhia interpôs Embargos à Execução que se encontram pendentes de julgamento em primeira instância, e (i.b) R\$ 34.518 são remanescentes de uma autuação originariamente de R\$ 372.213 e correspondem a um processo parcialmente provido pela Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF (CSRF), em decisão publicada em 25/05/2017 e já transitada em julgado; atualmente o processo aguarda análise de matérias não analisadas anteriormente pela primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conforme determinado pela decisão da CSRF; e (ii) R\$ 177.335 correspondem a um processo da Companhia, que teve seu Recurso Voluntário julgado na primeira instância do CARF, ao qual foi negado provimento, razão pela qual foi submetido a Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), conhecido parcialmente e pendente de julgamento.

a.5) A Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.) e suas controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Acominas S.A., são partes em processos administrativos relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total atualizado das autuações importa em R\$ 7.062.878, dos quais: (i) R\$ 5.128.740 correspondem a quatro processos da Companhia e das controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontram atualmente em fase de cobrança judicial, tendo as Companhias ofertado garantias judiciais, em sede de medida cautelar, mediante Seguro Garantia, e iniciado as discussões judiciais em Embargos à Execução, nos respectivos processos, sendo que, nos Embargos à Execução ajuizados pela Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), em 17/05/2018, foi proferida sentença julgando improcedente o lançamento fiscal, em face da qual a Fazenda Nacional interpôs recurso de Apelação que se encontra pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região; (ii) R\$ 629.753 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que teve seu Recurso Voluntário julgado na primeira instância do CARF em 18/09/2018, ao qual foi dado parcial provimento, estando pendente a intimação da Companhia para as providências cabíveis; (iii) R\$ 255.531 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que teve Recurso Voluntário rejeitado pela primeira instância do CARF, motivo pelo qual foi interposto Recurso Especial à CSRF, ao qual foi dado seguimento parcial, por despacho do qual tomou conhecimento em 06/07/2018 e em face do qual interpôs Agravo Regimental que aguarda julgamento; (iv) R\$ 297.033 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que teve seu Recurso Voluntário rejeitado, motivo pelo qual foi interposto Recurso Especial, ao qual foi dado seguimento parcial; atualmente, a empresa aguarda julgamento do seu Recurso Especial na parte em que conhecido e aguarda cobranca dos valores correspondentes à parte em que seu Recurso Especial não foi conhecido, a fim de adotar as medidas judiciais cabíveis; (v) R\$ 128.404 correspondem a um processo da Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), que teve seu Recurso Voluntário rejeitado pela primeira instância do CARF, motivo pelo qual foi interposto Recurso Especial, ao qual foi dado seguimento parcial, por despacho do qual tomou conhecimento em 12/09/2018 e em face do qual interpôs Agravo Regimental que aguarda julgamento; (vi) R\$ 100.686 correspondem a um processo da Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), que teve sua Impugnação julgada improcedente, por decisão da qual tomou conhecimento em 17/09/2018 e em face da interpôs Recurso Voluntário à primeira instância do CARF, atualmente pendente de julgamento; e (vii) R\$ 522.731 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que teve sua Impugnação julgada improcedente, por decisão da qual tomou conhecimento em 27/11/2018 e em face da qual interpôs Recurso Voluntário à primeira instância do CARF, atualmente pendente de julgamento.

Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia, com relação ao tratamento tributário dos lucros gerados no exterior e à dedutibilidade do ágio, que ensejaram os processos acima mencionados, observaram a estrita legalidade, e, portanto, tais processos são classificados como de perda possível (mas, não provável).

Com relação à denominada Operação Zelotes e outros temas, as autoridades federais e o Judiciário brasileiros estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. Adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, a Companhia está fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") com relação a tais assuntos.

Além disso, conforme divulgado anteriormente, a Companhia contratou advogados externos, reportando-se a um Comitê Especial do Conselho de Administração, a fim de investigar determinados assuntos relacionados aos procedimentos no

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

CARF e, mais recentemente, doações eleitorais por subsidiárias da Companhia. Essa investigação pelos advogados externos foi concluída e seus resultados informados ao Conselho de Administração e à SEC.

A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos procedimentos no Brasil ou das comunicações da Companhia com a *SEC*, e que atualmente não há informações suficientes para determinar se uma provisão para perdas é requerida ou para divulgar qualquer contingência.

b) Contingências Cíveis

b.1) Processo decorrente de representação de dois sindicatos de construção civil de São Paulo, alegando que Gerdau S.A. e outros produtores de aços longos no Brasil dividem clientes entre si, infringindo a legislação antitruste. Após investigações conduzidas pela SDE - Secretaria de Direito Econômico, a opinião desta foi de que existiu um cartel. O processo, então, foi encaminhado ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para julgamento, que culminou na condenação da Companhia e demais empresas produtoras de aços longos, em 23/09/2005, ao pagamento de multa equivalente a 7% do faturamento bruto, por elas registrado, no exercício anterior à instauração do Processo Administrativo, excluídos impostos (multa de R\$ 245.070 que, atualizados, em 01/08/2013, pela Contadoria Judicial, correspondem a R\$ 417.820).

Duas ações judiciais questionam a investigação conduzida pelo Sistema de Defesa da Concorrência e seu julgamento de mérito, cujos fundamentos são irregularidades processuais, em especial a produção de prova, consubstanciada em estudo econômico, para a comprovação da inexistência de cartel. A suspenção dos efeitos da decisão do CADE foi deferida pelo Juízo, mediante oferta de carta de fiança bancária. Foram proferidas sentenças pela improcedência das ações e ambas encontram-se em grau recursal.

Com relação à primeira ação judicial, ajuizada em 2003, na qual questiona-se irregularidades no processo administrativo, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região proferiu decisão desfavorável para a Companhia. Contra tal decisão, foram interpostos recursos direcionados ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, os quais ainda aguardam análise de admissibilidade pelo Tribunal. Com relação à segunda ação judicial, ajuizada em 2006, na qual questiona-se a nulidade do julgamento do CADE, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região proferiu recente decisão desfavorável para a Companhia. Em razão de vício de procedimento e omissão no respectivo acórdão, foram opostos Embargos de Declaração, os quais ainda aguardam julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Independentemente do resultado de seus recursos, a Companhia continuará buscando todos os remédios jurídicos cabíveis para defesa de seus direitos.

A Companhia nega ter se engajado em qualquer tipo de conduta anticompetitiva e está certa de que não praticou a conduta que lhe foi imputada, entendimento esse partilhado por consultores legais, que consideram possível a reversão de sua condenação.

b.2) A Companhia e suas controladas são partes em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 235.106. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais.

c) Processo administrativo - Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em 14/07/2015, a Gerdau S.A. efetuou a aquisição de participações minoritárias nas sociedades: Gerdau Aços Longos S.A. (4,77%), Gerdau Açominas S.A. (3,50%), Gerdau Aços Especiais S.A. (2,39%) e Gerdau América Latina Participações S.A. (4,90%), tendo como contrapartes Itaú Unibanco S.A. e ArcelorMittal Netherlands BV. A aprovação dessa transação foi dada em reunião do Conselho de Administração da Gerdau S.A. por unanimidade de voto dos conselheiros em 13/07/2015, tomando por base a oportunidade de mercado e a análise de que os preços eram adequados levando-se em consideração: as avaliações econômicas realizadas através de laudo independente, os instrumentos financeiros utilizados, os prazos de pagamento, a captura de valor através de um fluxo de caixa mais concentrado e a visão de longo prazo para a Companhia. A Companhia, em atendimento às solicitações de esclarecimento da CVM sobre a aquisição, destacou que a decisão para sua realização teve mérito exclusivamente empresarial e foi regularmente deliberada e aprovada pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração. Os termos e condições para a aquisição consideraram perspectivas de mercado de longo prazo. Em 21/10/2016 a Metalúrgica Gerdau S.A e alguns administradores e exadministradores da Gerdau S.A. apresentaram defesa em processo administrativo instaurado pela CVM sobre essa aquisição de participações minoritárias em empresas controladas, no sentido de que a operação foi negocialmente

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

justificada, como dito acima. Não há previsão de prazo para a decisão definitiva do caso. A Metalúrgica Gerdau S.A. acredita que, neste momento, não existe informação suficiente para divulgar ou determinar se uma provisão para perdas é requerida.

III) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

		Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Tributários	261	238	1.964.120	1.883.800
Trabalhistas	1.554	1.782	128.174	130.631
Cíveis	603	650	45.538	39.420
	2.418	2.670	2.137.832	2.053.851

IV) Ativos Contingentes - Empréstimos Compulsórios Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás)

O Empréstimo Compulsório, instituído pelo Governo brasileiro com o objetivo de expandir e melhorar o setor elétrico do país foi cobrado e recolhido dos consumidores industriais com consumo mensal igual ou superior a 2000kwh, através das "contas de luz" emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica, foi revertido em créditos para os contribuintes tendo como base o valor anual destas contribuições efetuadas entre 1977 e 1993. A legislação fixou um prazo máximo de 20 anos para devolução do empréstimo compulsório aos contribuintes, facultando à Eletrobrás a possibilidade de antecipação dessa devolução, através de conversão dos créditos em ações de sua emissão. Antes da conversão dos créditos em ações, estes eram corrigidos através de um indexador e quantificador, denominado Unidade Padrão (UP). Ocorre que o Empréstimo Compulsório era cobrado das empresas mensalmente nas contas de energia elétrica, consolidado durante o ano, e apenas indexado pela UP em janeiro do ano seguinte, ocasionando uma falta de correção monetária mensal durante os anos de recolhimento, assim como os juros. Esse procedimento imputou aos contribuintes considerável perda financeira, em especial durante períodos em que os índices de inflação situavam-se em patamares mensais bastante elevados.

Como forma de buscar a adequada correção monetária e juros, subtraídos pela metodologia aplicada pela Eletrobrás, a Companhia (entendendo-se as pessoas jurídicas existentes à época e que posteriormente passaram a integrar a Gerdau S.A.) postulou ações judiciais pleiteando créditos decorrentes de diferenças de correção monetária de principal, juros remuneratórios, moratórios e demais verbas acessórias devidas pela Eletrobrás em razão dos empréstimos compulsórios, que totalizam aproximadamente R\$ 1.260 milhões. Recentemente, notadamente em 2015, processos que envolvem montantes representativos tiveram seus méritos julgados definitivamente pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ de forma favorável a Companhia de forma que não cabem mais recursos contra tais decisões ("Trânsito em Julgado") quanto aos direitos pleiteados. Para as ações com decisão Transitada em Julgado, resta ainda a execução de sentença (ou fase de execução) onde serão apurados os efetivos valores a serem liquidados.

A obtenção de decisões favoráveis representadas pelo Trânsito em Julgado mencionado acima permite considerar que uma entrada de benefícios econômicos pode ocorrer no futuro. No entanto, ainda existem incertezas substanciais sobre o prazo, a forma e o montante que será realizado, não sendo ainda desta forma praticável determinar com segurança que o valor do ganho sob a forma de encaixe dos recursos decorrentes dessas decisões tenha atingido o patamar de praticamente certo (virtually certain) e que a Companhia possua o controle sobre tais ativos, o que implica em que tais ganhos não sejam registrados contabilmente até que tais condições estejam comprovadamente presentes.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 18 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de mútuos

Consolidad		
2018	2017	
72	6	
27.867	51.833	
27.939	51.839	
	_	
(1.350)	-	
(1.350)		
545	95	
	72 27.867 27.939 (1.350) (1.350)	

b) Operações com partes relacionadas

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e 2017, a Companhia, através de suas controladas, efetuou operações comerciais com algumas de suas empresas coligadas e com controle em conjunto decorrentes de vendas no montante de R\$ 1.382.584 em 31/12/2018 (R\$ 670.190 em 31/12/2017) e de compras no montante de R\$ 129.513 em 31/12/2018 (R\$ 121.618 em 31/12/2017). O saldo líquido monta R\$ 1.253.071 em 31/12/2018 (R\$ 508.572 em 31/12/2017).

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e 2017, a Companhia e suas controladas efetuaram transações com acionistas controladores, direta ou indiretamente, referentes, dentre outros, a avais prestados pelos controladores em garantia de debêntures, sobre os quais a Companhia paga uma remuneração de 0,95% a.a., calculada sobre o montante avalizado. O efeito destas transações na controladora e no consolidado foi uma despesa de R\$ 194 (R\$ 689 em 31/12/2017). Adicionalmente, a Companhia registrou uma receita de R\$ 445 (R\$ 801 em 31/12/2017) em termos consolidados, oriunda de contrato de locação.

A Metalúrgica Gerdau S.A. possui valor de aplicação financeira em sua controlada Paraopeba – Fundo de Investimento Renda Fixa no montante de R\$ 24.427 (R\$ 108.891 em 31/12/2017).

METALÚRGICA GERDAU S.A. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Garantias concedidas

Parte Relacionada	Vínculo	Objeto	Valor Original	Vencimento	2018	2017
GTL Trade Finance Inc.	Controlada	Bond 30 anos	1.118.000	abr/44	1.937.400	1.654.000
Diaco S.A.	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	137.700	ago/18	-	128.019
Armacero-Matco S.A., Salomon Sack S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	214.793	ago/18	-	226.700
Gerdau Holding Inc.	Controlada	Bond 10 anos	2.188.125	jan/20	834.454	1.711.649
Gerdau Trade Inc.	Controlada	Bond 10 anos	2.117.750	jan/21	1.070.599	1.570.546
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	1.875.345	jan/19 - dez/21	1.933.929	1.797.856
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	130.164	ago/25	41.571	6.550
GTL Trade Finance Inc., Gerdau Holdings Inc.	Controlada	Bond 10 anos	2.606.346	abr/24	2.427.186	3.031.974
Sipar Aceros S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	207.150	set/19-set/21	27.767	85.920
Gerdau Trade Inc.	Controlada	Bond 10 anos	1.501.275	abr/23	1.200.308	1.792.291
Gerdau Trade Inc.	Controlada	Bond 10 anos	2.129.985	out/27	2.518.620	2.150.200
Gerdau Steel India Ltd.	Controlada	Contratos de Financiamento	229.435	out/18 - fev/19	-	287.690
Gerdau Açominas S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	4.429.703	abr/19 - fev/21	2.426.601	2.158.271
Gerdau Ameristeel Us. Inc.	Controlada	Bond 25 anos	103.596	out/37	197.615	168.708
Gerdau Ameristeel Us. Inc.	Controlada	Bond 30 anos	46.460	mai/37	-	76.084
Gerdau Aços Longos S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	243.334	abr/19 - dez/30	242.716	282.534
Gerdau Aços Longos S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	26.222	jan/19 - dez/19	26.222	7.007
Siderúrgica Zuliana, C.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	50.010	dez/18	-	33.080
Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Açominas S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	770.000	jul/18	-	478.729
Gerdau Ameristeel Corporation; Gerdau Ameristeel US Inc.; Gerdau Macsteel Inc.; Comercial Gerdau Bolivia S.A.; Gerdau Metaldom S.A.; Sipar Aceros S.A.; Gerdau Hungria Holdings LLC; Aceros Corsa S.A. de C.V.; Gerdau Corsa S.A.P.I de C.V.; Gerdau GTL México S.A. de C.V.; Sidertul S.A. de C.V.; Steelchem Trading Corporation; Empresa Siderúrgica Del Perú S.A.A.; Gerdau Hungria Y CIA, S.R.C e Gerdau Laisa S.A.	Controladas e Empresas com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	-	out/20	198.619	178.200
Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau S.A.	Controlada	Contrato de Crédito Rotativo	-	dez/20	253.665	402.525
Gerdau S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	-	ago/18	-	9.367

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

c) Debêntures

Das debêntures em circulação, estão em poder de empresas controladas, títulos no montante de R\$ 42.755 em 31/12/2018 (R\$ 586.950 em 31/12/2017), que corresponde a 546 debêntures (7.977 em 31/12/2017). Em termos consolidados, estão em poder de acionistas controladores, direta ou indiretamente, títulos no montante de R\$ 0 em 31/12/2018 (R\$ 10.688 em 31/12/2017), que corresponde a 0 debêntures (105.660 em 31/12/2017).

d) Condições de preços e encargos

Os contratos de mútuos entre as partes relacionadas são atualizados por taxas de mercado como a taxa CDI e taxa Libor mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

e) Remuneração da Administração

No exercício findo em 31/12/2018, o custo com remuneração da administração, em salários, remuneração variável e benefícios foi de R\$ 4.628 (R\$ 2.273 em 31/12/2017) na controladora e R\$ 54.939 (R\$ 40.485 em 31/12/2017) em termos consolidados. Em 31/12/2018, as contribuições para os planos de pensão no consolidado, relativas aos seus administradores, totalizaram R\$ 84 e R\$ 1.679 — Plano de contribuição definida (R\$ 62 e 1.221 em 31/12/2017) na controladora e no consolidado, respectivamente.

Para os administradores, as opções de compras de ações totalizaram no final do exercício:

		2018
		Preço
	Número de	Médio de
	opções	Exercício
	_	R\$
No início do exercício	198.000	18,19
Opções canceladas	(198.000)	18,62
No final do exercício		-

As ações restritas e ações condicionadas ao resultado totalizaram entre os administradores, no final do exercício:

	2018	2017
No início do Exercício	5.945.310	4.831.999
Outorgadas	1.255.286	1.353.930
Exercidas	(511.333)	(240.619)
Ajuste de base	(313.716)	<u> </u>
No final do Exercício	6.375.547	5.945.310

Informações adicionais sobre o plano de opções de compra de ações e ações restritas são apresentadas na Nota 25.

O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado, atribuíveis aos conselheiros e diretores, totalizou R\$ 23.189 em 31/12/2018 (R\$ 10.451 em 31/12/2017) em termos consolidados.

.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 19 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Considerando todas as modalidades de benefícios a empregados concedidos pela Companhia e suas controladas, a posição de ativos e passivos é a seguinte, em 31/12/2018:

	C	<u>onsolidado</u>
	2018	2017
Ativo atuarial com plano de pensão - contribuição definida	17.952	1.149
Total do ativo	17.952	1.149
Passivo atuarial com plano de pensão - benefício definido	1.057.846	1.084.758
Passivo atuarial com o benefício de saúde pós-emprego	272.369	316.230
Passivo com benefício de aposentadoria e desligamento	26.502	23.876
Total do passivo	1.356.717	1.424.864
Parcela do Circulante	157	253
Parcela do Não-circulante	1.356.560	1.424.611

a) Plano de pensão com benefício definido - pós emprego

A Companhia, através de suas controladas norte-americanas, patrocina planos de benefício definido (planos norte-americanos) que proporcionam complementação de benefícios de aposentadoria cobrindo seus empregados nos Estados Unidos e Canadá.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas no Brasil patrocinam plano de pensão de benefício definido (planos brasileiros), os quais são administrados pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar. Em 2010, foi aprovado o saldamento destes planos, sendo assegurado aos participantes o direito ao benefício saldado. Todos os participantes destes planos, agora saldados, poderiam: (i) optar por aderir a um novo plano de contribuição definida, sendo permitida a transferência do montante referente à reserva matemática individual do plano saldado para o novo Plano e agregar valor a essa reserva por meio de contribuições futuras do participante e da patrocinadora, além da rentabilidade dos recursos; ou (ii) não transferir a reserva e manter o benefício saldado no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

As premissas adotadas para os planos de pensão podem ter um efeito significativo sobre os montantes divulgados para estes planos. Em virtude do processo de migração e encerramento dos planos de pensão brasileiros efetuado em 2010, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nas taxas de desconto para estes planos, sendo apresentados abaixo os possíveis efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado de mudanças para os planos norte-americanos:

	Aumento de 1 %	Redução de 1%
Efeito no resultado decorrente da variação na taxa de desconto	(14.689)	10.346

Em 31/12/2018, o saldo acumulado reconhecido nos resultados abrangentes para os benefícios a empregados apresentados a seguir é R\$ (1.079.011) (R\$ 1.231.356) em 31/12/2017) para o consolidado.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Plano de Pensão de Benefício Definido

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

	Consolidado_	
	2018	2017
Custo do serviço corrente	60.803	60.595
Custo financeiro	82.513	90.381
Receita de juros sobre os ativos do plano	(59.692)	(64.128)
Custo do serviço passado	7.065	1.082
Liquidações/Reduções	3.220	(566)
Restrição ao custo dos juros devido a limitação de recuperação	20.023	21.211
Custo líquido com plano de pensão	113.932	108.575

A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:

	Consolidado_		
	2018	2017	
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.391.251)	(4.314.592)	
Valor justo dos ativos do plano	3.568.934	3.456.613	
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	(218.576)	(226.779)	
Efeito líquido	(1.040.893)	(1.084.758)	
Ativo reconhecido	_		
Passivo reconhecido	(1.040.893)	(1.084.758)	

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	Consolidado		
	2018	2017	
Variação na obrigação de benefício			
Obrigação de benefício no início do exercício	4.314.592	4.174.653	
Custo do serviço corrente	60.803	60.595	
Custo financeiro	188.729	195.557	
Pagamento de benefícios	(318.198)	(335.471)	
Custo do serviço passado	7.065	1.082	
Valores suplementares do plano	17.078	-	
Liquidações/Reduções	(61.369)	(52.035)	
Remensurações atuariais	(370.083)	235.549	
Transferência para passivo mantido para venda	-	(101.794)	
Variação cambial	552.634	136.456	
Obrigação de benefício no final do exercício	4.391.251	4.314.592	

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Consolidado		
	2018	2017	
Variação nos ativos do plano			
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	3.456.613	3.292.890	
Receita de juros sobre os ativos do plano	165.908	169.304	
Contribuições dos patrocinadores	197.828	111.450	
Liquidações/Reduções	(64.868)	(51.469)	
Pagamentos de benefícios	(318.198)	(335.471)	
Remunerações	(253.301)	232.214	
Transferência para ativo mantido para venda	-	(73.127)	
Variação cambial	384.952	110.822	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	3.568.934	3.456.613	

O valor justo dos ativos do plano inclui ações da Companhia no montante de R\$ 676 (R\$ 2.715 em 31/12/2017) e de sua controlada Gerdau S.A. no montante de R\$ 3.427 (R\$ 3.558 em 31/12/2017).

As remensurações reconhecidas na Demonstração dos Resultados Abrangentes são as seguintes:

Controladora		Consolidado	
2018	2017	2018	2017
-	=	253.301	(232.214)
-	-	(370.083)	235.549
	_	(43.197)	(1.696)
-	-	(159.979)	1.639
(58.593)	44.106	-	-
(58.593)	44.106	(159.979)	1.639
	(58.593)	2018 2017	2018 2017 2018 - - 253.301 - - (370.083) - - (43.197) - - (159.979) (58.593) 44.106 -

O histórico das remensurações atuariais é o seguinte:

				C	ontroladora_
	2018	2017	2016	2015	2014
Valor presente da obrigação de benefício definido	-	-	-	-	(37)
Valor justo dos ativos do plano					54
Superávit					17
Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho)		-	-	(41)	3
Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho)				60	(4)
				•	Consolidado_
	2018	2017	2016	2015	2014
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.391.251)	(4.314.592)	(4.174.653)	(4.739.299)	(3.791.707)
Valor justo dos ativos do plano	3.568.934	3.456.613	3.292.890	3.865.411	3.319.187
Superávit/Déficit	(822.317)	(857.979)	(881.763)	(873.888)	(472.520)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho)	(370.083)	235.549	186.905	(202.790)	466.832
Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho)	253.301	(232.214)	(109.153)	235.335	(69.752)

As remensurações são reconhecidas no período em que ocorrem e são registradas diretamente nos Resultados Abrangentes.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A alocação dos ativos do plano está demonstrada abaixo:

		2018
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Renda Fixa	98,0%	58,1%
Renda Variável	-	36,5%
Outros	2%	5,4%_
Total	100%	100%
		2017
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Renda Fixa	98,0%	48,3%
Renda Variável		45.00/
Renda Variaver	-	45,0%
Outros	2%	6,7%

A estratégia de investimento dos Planos Brasileiros é baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo. Tal cenário considera um risco Brasil mais baixo, crescimento econômico moderado, níveis estáveis de inflação e de taxas de câmbio, e taxas de juros moderadas.

As controladas nos Estados Unidos e Canadá possuem um Comitê de Investimentos que define a política de investimentos relacionada com os planos de benefício definido. O objetivo primário de investimento é garantir a segurança dos benefícios que foram provisionados nos planos, oferecendo uma adequada variedade de ativos separada e independente da Companhia. Para atingir esse objetivo, o fundo deve investir de modo a manter as salvaguardas e diversidade às quais um prudente investidor de fundo de pensão normalmente iria aderir. Essas controladas contratam consultores especializados que orientam e suportam as decisões e recomendações do Comitê de Investimentos.

A política de diversidade de recursos considera a diversificação e os objetivos de investimento, bem como a liquidez requerida. Para isso, a meta de alocação dos planos americanos varia entre 50% em renda variável (ações), 40% em renda fixa (títulos da dívida) e 10% em títulos alternativos e para os planos brasileiros se aproxima de 100% em renda fixa.

A seguir apresentamos um resumo das premissas adotadas para cálculo e contabilização do componente de benefício definido dos planos em 2018 e 2017, respectivamente, tanto para a Companhia quanto para o consolidado:

		2018
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Taxa média de desconto	9,10%	3,50% - 4,25%
Taxa de aumento da remuneração	Não aplicável	3,00%
Tábua de mortalidade	AT-2000 por sexo	RP-2006 e MP-2018
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000, por sexo	RP-2006 e MP-2018
Taxa de rotatividade	Experiência do Plano	Baseada na idade e/ou
	de Aposentadoria	no serviço
		2017
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Taxa média de desconto	9,84%	3,25% - 4,25%
Taxa de aumento da remuneração	Não aplicável	3,00%
Tábua de mortalidade	AT-2000 por sexo	RP-2006 e MP-2017
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000, por sexo	RP-2006 e MP-2017
Taxa de rotatividade	Experiência do Plano	Baseada na idade e/ou
	de Aposentadoria	no servico

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Plano de pensão com contribuição definida - pós-emprego

A Companhia e suas controladas no Brasil, nos Estados Unidos e no Canadá mantém um plano de contribuição definida para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos seus empregados optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R\$ 6.024 em 2018 (R\$ 0 em 2017) para a controladora e R\$ 123.225 em 2018 (R\$ 132.399 em 2017) no consolidado.

c) Plano de benefício de saúde – pós-emprego

O Plano americano prevê, além do plano de pensão, benefícios de saúde específicos para colaboradores aposentados, desde que se aposentem após certa idade, com uma quantidade específica de anos de serviço. As controladas nos Estados Unidos e Canadá têm o direito de modificar ou eliminar esses benefícios e as contribuições são baseadas em montantes determinados atuarialmente.

Os componentes do custo periódico líquido para os benefícios de saúde pós-emprego são os seguintes:

	2018	2017
Custo do serviço corrente	4.144	4.441
Custo financeiro	11.082	12.162
Custo do serviço passado	(40.740)	5.769
Custo líquido com plano de saúde	(25.514)	22.372

A tabela a seguir mostra o status do fundo para o benefício de saúde pós-emprego:

	2018	2017
Valor presente da obrigação de benefício definido	(272.959)	(316.364)
Passivo total líquido	(272.959)	(316.364)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano de saúde foi a seguinte:

	2018	2017
Variação na obrigação de benefício		_
Obrigação de benefício no início do exercício	316.364	305.447
Custo do serviço corrente	4.144	4.441
Custo financeiro	11.082	12.162
Custo do serviço passado	(40.740)	5.769
Contribuições dos participantes	1.496	1.556
Pagamento de benefícios	(18.655)	(14.230)
Remensurações	(40.841)	(14.452)
Variação cambial	40.109	15.671
Obrigação de benefício no final do exercício	272.959	316.364
	2018	2017
Variação nos ativos do plano		
Contribuições dos patrocinadores	17.159	12.572
Contribuições dos participantes	1.496	1.556
Pagamentos de benefícios	(18.655)	(14.128)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício		-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O histórico das remensurações atuariais do plano de saúde é o seguinte:

	2018	2017	2016	2015	2014
Valor presente da obrigação de benefício definido	(272.959)	(316.364)	(305.447)	(446.843)	(351.538)
Déficit	(272.959)	(316.364)	(305.447)	(446.843)	(351.538)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano - Perda (Ganho)	(40.841)	(14.452)	(3.673)	(45.884)	42.345

As remensurações no plano de saúde reconhecidas na Demonstração dos resultados abrangentes são as seguintes:

	2018	2017
Remunerações	(40.841)	(14.452)
Remensurações reconhecidas nos Resultados Abrangentes	(40.841)	(14.452)

As premissas adotadas na contabilização dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	2018	2017
Taxa média de desconto	3,75% - 4,25%	3,25% - 3,50%
Tratamento de saúde - taxa assumida próximo ano	6,60% - 6,75%	6,88% - 7,60%
Tratamento de saúde - taxa assumida de declínio de custo a alcançar nos anos de	4,00% - 4,40%	4,00% - 4,50%
2026 a 2041		

As premissas adotadas para os benefícios de saúde pós-emprego tem um efeito significativo sobre os montantes divulgados para os planos de benefícios de saúde pós-emprego. A mudança de um ponto percentual sobre as taxas de benefícios de saúde pós-emprego assumidas teriam os seguintes efeitos:

	Aumento de 1 %	Redução de 1%
Efeito sobre o total do custo do serviço e custo de juros	2.051	(1.612)
Efeito sobre as obrigações do plano de benefício	27.517	(22.743)

d) Outros benefícios de aposentadoria e desligamento

Os valores referem-se a planos de aposentadoria e desligamento e visam à complementação salarial até a data de aposentadoria, ajuda de custo e demais benefícios decorrentes do desligamento e da aposentadoria dos colaboradores. A Companhia estima que o saldo destes benefícios é de R\$ 26.502 em 31/12/2018 (R\$ 23.876 em 31/12/2017).

NOTA 20 – PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

	Consolidado		
	2018	2017	
Provisão para passivos ambientais	132.647	85.191	
Parcela do Circulante	60.419	21.928	
Parcela do Não-circulante	72.228	63.263	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES COM FIDC – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITÓRIO

Parte dos ativos decorrentes dos julgamentos favoráveis dos créditos junto à Eletrobrás, mencionados na nota explicativa 17 iv, foram utilizados para constituição de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, constituído e devidamente autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários para funcionamento ("FIDC NP Barzel"), cujo valor justo na data de constituição do FIDC foi de aproximadamente R\$ 800 milhões. Em 14/07/2015, a cota única desse FIDC foi alienada em transação de aquisição de participações minoritárias em empresas controladas pela Gerdau S.A.

A Companhia assegura ao FIDC, através de cláusula de ajuste de preço do contrato de cessão, rentabilidade mínima sobre o valor de cessão dos direitos creditórios sobre as ações judiciais. Em contrapartida, caso os valores recebidos nas ações judiciais sejam superiores ao valor de cessão, devidamente corrigidos, a Companhia terá direito a parte substancial desse ganho. Adicionalmente, a Companhia detém o direito de primeira oferta para recompra dos referidos direitos creditórios nas hipóteses de alienação pelo Fundo conforme contrato de cessão para o qual tem registrado R\$ 938.526 em 31/12/2018 (R\$ 1.135.077 em 31/12/2017) no Consolidado em "Obrigações com FIDC".

NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 500.000.000 ações ordinárias e 1.000.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. No caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, o direito de preferência deverá ser exercido no prazo decadencial de 30 dias, exceto quando se tratar de oferta pública, quando o prazo decadencial não será inferior a 10 dias.

A reconciliação do número de ações ordinárias e preferenciais, em circulação, no início e no fim dos exercícios é apresentada a seguir:

		2018		2017
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Saldo no início do exercício	330.071.442	645.794.285	323.987.702	633.626.805
Emissão de ações	1.185.240	2.370.480	6.083.740	12.167.480
Saldo no fim do período/exercício	331.256.682	648.164.765	330.071.442	645.794.285

A composição acionária está assim representada:

	-										Composição a	ıcionária
						2018						2017
Acionistas	Ord.	%	Pref.	%	Total	%	Ord.	%	Pref.	%	Total	%
Indac - Ind. Adm. e Com. S.A. e coligadas*	260.934.814	78,8	2.357.044	0,4	263.291.858	26,7	260.934.814	79,1	2.392.458	0,4	263.327.272	26,8
Investidores institucionais brasileiros	24.978.982	7,5	276.633.644	42,2	301.612.626	30,6	16.000.236	4,8	128.014.264	19,6	144.014.500	14,7
Investidores institucionais estrangeiros	361.667	0,1	192.117.809	29,3	192.479.476	19,5	699.831	0,2	234.775.734	36,0	235.475.565	24,0
Outros acionistas	44.981.219	13,6	177.056.268	27,1	222.037.487	22,6	52.436.561	15,9	280.611.829	43,0	333.048.390	33,9
Ações em tesouraria		0,0	6.258.200	1,0	6.258.200	0,6		0,0	6.258.200	1,0	6.258.200	0,6
	331.256.682	100,0	654.422.965	100,0	985.679.647	100,0	330.071.442	100,0	652.052.485	100,0	982.123.927	100,0

^{*} As empresas Indac – Ind. Adm. e Com. Ltda. e Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda. são as controladoras da Companhia e a Stichting Gerdau Johannpeter é a entidade controladora da Companhia em última instância.

Em 31/12/2018 estão subscritas e integralizadas 331.256.682 ações ordinárias (330.071.442 em 31/12/2017) e 654.422.965 ações preferenciais (652.052.485 em 31/12/2017), totalizando o capital social realizado em R\$ 7.960.908 (R\$ 7.951.579 em 31/12/2017), líquido dos custos de aumento de capital. Conforme descrito na nota 14, a Companhia emitiu Debêntures Conversíveis ou Permutáveis em Ações e como resultado das Conversões de ações realizadas até 31/12/2018, o Conselho de Administração da Companhia homologou aumentos de capital totalizando R\$ 200.293, decorrentes da conversão voluntária de 24.332.703 ações ordinárias e 48.665.406 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Ações em tesouraria

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

		2018		2017
	Ações		Ações	
	Preferenciais	R\$	Preferenciais	R\$
Saldo inicial	6.258.200	69.861	6.258.200	69.861
Saldo final	6.258.200	69.861	6.258.200	69.861

Em 31/12/2018, a Companhia mantinha em tesouraria 6.258.200 ações preferenciais pelo valor de R\$ 69.861. Estas ações serão utilizadas para atender ao "Programa de Incentivo de Longo Prazo" da Companhia ou mantidas em tesouraria para posterior cancelamento. O custo médio de aquisição das ações preferências em tesouraria é de R\$ 11,16.

c) Reservas de lucros

- I) Legal pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.
- II) Incentivos fiscais pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos.
- III) Investimentos e Capital de Giro é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.
- d) Ajustes de avaliação patrimonial são compostos pelos ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira, ganhos e perdas não realizadas em *hedge* de investimento líquido, ajustes de ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, despesa com plano de opções de ações reconhecido e pelas opções de ações exercidas e efeitos de acionistas não controladores sobre entidades consolidadas.

Conforme descrito na nota 14, a Companhia emitiu Debêntures Conversíveis ou Permutáveis em Ações e devido ao componente de Patrimônio contido nesta emissão de Debêntures, a Companhia registrou o montante de R\$ 40.732 como Ajuste de Avaliação Patrimonial, apresentado na linha "Componente de Patrimônio Líquido nas Debêntures emitidas" na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Em 31/12/2018, o saldo desta conta é de R\$ 4.374, devido ao efeito das conversões de debêntures em ações realizadas no exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio - os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. Não houve pagamento de juros sobre o capital próprio no Exercício 2018.

	2018	2017
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	799.010	(203.286)
Constituição da reserva legal	(39.950)	
Recomposição da reserva de incentivos fiscais	(99.223)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	(6.544)	<u> </u>
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	653.293	(203.286)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(244.477)	(19.515)
Lucro (prejuízo) liquido remanescente	408.816	(222.801)
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	(408.816)	
Absorção de prejuízo do exercício pela reserva de lucros e de incentivos fiscais	-	222.801

O lucro remanescente do exercício foi destinado à constituição de reserva estatutária de investimentos e capital de giro na forma do Estatuto Social.

Juros sobre capital próprio e dividendos:

			Ações em				
Período	Natureza	R\$/ação	circulação (mil)	Crédito	Pagamento	2018	2017
1º trimestre	Dividendos	0,04	977.216	21/05/2018	01/06/2018	39.089	-
2º trimestre	Dividendos	0,07	977.325	21/08/2018	31/08/2018	68.412	-
3° trimestre	Dividendos	0,09	977.829	21/11/2018	03/12/2018	88.005	19.515
4º trimestre	Dividendos	0,05	979.420	06/03/2019	18/03/2019	48.971	<u>-</u>
Dividendos						244.477	19.515
Crédito por ação	o (R\$)					0,25	0.02

NOTA 23 - LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

De acordo com a norma IAS 33 – Lucro por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) líquido com os montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

Básico

			2018			2017
·	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
	(Em milhares,	exceto ações e dad	os por ação)	(Em milhares,	exceto ações e dad	os por ação)
Numerador						
Lucro (Prejuízo) líquido alocado disponível para						
acionistas ordinários e preferenciais	270.334	528.676	799.010	(68.763)	(134.523)	(203.286)
Denominador Média ponderada de ações deduzindo a média das ações em tesouraria.	330.584.973	646.503.802		328.685.842	643.023.084	
Lucro por ação (em R\$) – Básico	0,82	0,82		(0,21)	(0,21)	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Diluído	2018
Numerador diluído	
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias e preferenciais	
Lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais	528.676
Menos:	520.070
Ajuste ao lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais considerando o potencial	
incremento nas ações preferenciais e ordinárias, como resultado das potenciais conversões das Debêntures da	
5a emissão	339
	529.015
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias Mais:	270.334
Ajuste ao lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias considerando o potencial	
incremento nas ações preferenciais e ordinárias, como resultado das potenciais conversões das Debêntures da	
5a emissão	(339)
=	269.995
Denominador diluído	
Média ponderada das ações	
Ações ordinárias	
Média ponderada das ações ordinárias	330.584.973
Potencial incremento nas ações ordinárias em função das Debêntures da 5a emissão	30.233.042
Total Ações Ordinárias	360.818.015
A = 2	
Ações preferenciais Média ponderada das ações preferenciais	646.503.802
Potencial incremento nas ações preferenciais em função das Debêntures da 5a emissão	60.466.084
Total Ações Preferenciais	706.969.886
Total =	1.067.787.901
Lucro (Prejuízo) por ação (em R\$) – Diluído (ações ordinárias e preferenciais)	0,75

Em razão do prejuízo do exercício em 2017, a Companhia está considerando o mesmo prejuízo por ação básico e diluído, sem considerar os efeitos no cálculo diluído do potencial incremento nas ações preferenciais em função do plano de opções de incentivo de longo prazo.

NOTA 24 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

		Consolidado
	2018	2017
Receita bruta de vendas	51.861.423	42.156.553
Impostos incidentes sobre vendas	(3.793.516)	(2.956.896)
Descontos	(1.908.429)	(2.282.038)
Receita líquida de vendas	46.159.478	36.917.619

NOTA 25 - PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO

a) Plano de ações restritas e ações condicionadas a resultados:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Consolidado
Em 01/01/2017	20.433.491
Outorgadas	3.170.952
Canceladas	(1.901.782)
Exercidas	(2.727.577)
Em 31/12/2017	18.975.084
Outorgadas	2.411.345
Canceladas	(3.150.635)
Exercidas	(3.974.293)
Em 31/12/2018	14.261.501

A Companhia reconhece o custo do plano incentivos de longo prazo através de Ações Restritas e Ações Condicionadas a Resultados com base no valor justo das opções outorgadas na data da outorga ao longo do período de carência de exercício de cada outorga. O período de carência do exercício é de 3 anos para as outorgas efetuadas a partir do ano de 2017 e de 5 anos para as outorgas efetuadas até o ano de 2016. O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado, em 31/12/2018, foi de R\$ 41.186 (R\$ 25.403 em 31/12/2017).

A Companhia possui, em 31/12/2018, um total de 21.797.490 ações preferenciais em tesouraria e, conforme nota 22, essas ações poderão ser utilizadas para atendimento destes planos.

b) Plano de opções de ações:

				Consolidado
		31/12/2018		31/12/2017
	Número de	Preço médio	Número de	Preço médio de
	<u>opções</u>	de exercício	opções	exercício
		R\$		R\$
No início do exercício	292.391	18,19	569.115	16,64
Opções exercidas	(33.499)	14,86	-	-
Opções canceladas	(243.412)	18,62	(276.724)	15,11
No final do período	15.480	16,72	292.391	17,91

A cotação média da ação em 31/12/2018 foi de R\$ 15,70 (R\$ 11,19 em 31/12/2017).

				Consolidado
				Quanti dade
		Prazo médio	Preço médio de	disponível em
Preço de exercício	Quantidade	das opções	exercício	31/12/2018*
			R\$	
R\$ 16,86	10.754	0,2	15,90	10.754
R\$ 18,58	4.726	4,0	18,58	4.726
	15.480			15.480

^{*} O total de opções que venceram o prazo de carência e estão disponíveis para exercício em 31/12/2018 é de 15.480 (57.668 em 31/12/2017).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 26 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Informações por segmentos de negócio:

						Exercício findo em:					ercício findo em:	
		Operação Brasil	Operação A	mérica do Norte	Operação	América do Sul	Operação	Aços Especiais	Elimi	nações e ajustes		Consolidado
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita líquida de vendas	15.745.161	12.562.727	19.927.390	15.433.380	3.801.210	4.025.736	8.158.626	6.228.543	(1.472.909)	(1.332.767)	46.159.478	36.917.619
Custo das vendas	(13.044.433)	(10.996.383)	(18.164.834)	(14.823.590)	(3.230.952)	(3.523.394)	(7.064.608)	(5.301.172)	1.494.727	1.331.544	(40.010.100)	(33.312.995)
Lucro bruto	2.700.728	1.566.344	1.762.556	609.790	570.258	502.342	1.094.018	927.371	21.818	(1.223)	6.149.378	3.604.624
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(564.031)	(539.613)	(607.581)	(569.696)	(136.707)	(202.862)	(186.037)	(166.656)	(176.904)	(182.628)	(1.671.260)	(1.661.455)
Outras receitas (despesas) operacionais	(33.814)	(11.513)	19.114	29.113	(11.421)	11.260	10.081	14.989	(35.006)	46.077	(51.046)	89.926
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	(45.279)	-	(1.069.528)	-	-	-	-	-	-	-	(1.114.807)
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de	-	-	-	-	-	-	-	-	(414.507)	(721.682)	(414.507)	(721.682)
participações em controladas												
Reversão de passivos contingentes, líquido	- (1.700)	=	(55.052)	- (111.501)		-	-	- 15.450		929.711	-	929.711
Resultado da equivalência patrimonial	(1.700)	-	(77.872)	(111.581)	51.648	41.554	15.629	15.460	22.436	19.970	10.141	(34.597)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	2.101.183	969.939	1.096.217	(1.111.902)	473.778	352.294	933.691	791.164	(582.163)	90.225	4.022.706	1.091.720
Resultado financeiro, líquido	(442.966)	(564.397)	(37.351)	(46.184)	(117.270)	(74.301)	(112.109)	(122.837)	(1.223.609)	(393.806)	(1.933.305)	(1.201.525)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	1.658.217	405.542	1.058.866	(1.158.086)	356.508	277.993	821.582	668.327	(1.805.772)	(303.581)	2.089.401	(109.805)
Imposto de renda e contribuição social	(410.651)	(103.263)	(224.897)	201.807	(86.667)	(123.552)	(191.386)	(192.902)	1.064.890	(76.897)	151.289	(294.807)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	1.247.566	302.279	833.969	(956.279)	269.841	154.441	630.196	475.425	(740.882)	(380.478)	2.240.690	(404.612)
Informações suplementares:												
Receita líquida de vendas entre segmentos	1.280.770	1.216.526	84.335	59.478	4.988	6.490	102.816	50.273	=	=	1.472.909	1.332.767
Depreciação/amortização	951.826	909.333	511.154	684.121	88.537	155.038	340.297	344.059	11	11	1.891.825	2.092.562
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
		2017									1.367.802	2017 1.280.299
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	3.250 17.473.039	17.051.262	301.271 14.659.926	346.080 14.872.755	701.233 4.421.487	584.898 5.208.265	213.899 8.825.830	199.647 8.834.041	148.149 5.964.134	149.674 4.385.457	51.344.416	50.351.780
Ativos totais												
Passivos totais	8.072.380	9.592.948	4.935.210	3.315.546	1.053.007	1.711.963	1.736.085	2.753.091	10.175.263	9.635.879	25.971.945	27.009.427

Os principais produtos por segmento de negócio são:

Operação Brasil: vergalhões, barras, perfis e trefilados, tarugos, blocos, placas, fio-máquina, perfis estruturais e minério de ferro.

Operação América do Norte: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis estruturais pesados e leves.

Operação América do Sul: vergalhões, barras e trefilados.

Operação Aços Especiais: aços inoxidáveis, barras quadradas, redondas e chatas, fio-máquina.

A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações de vendas entre segmentos aplicáveis à Companhia no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A informação geográfica da Companhia com as receitas classificadas de acordo com a região geográfica de onde os produtos foram embarcados é a seguinte:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

									Exe	rcicio findo em:
Informações por área geográfica:		Brasil	A	mérica Latina (1)	Ame	érica do Norte (2)		Ásia		Consolidado
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita líquida de vendas	17.284.473	13.450.378	4.785.281	4.769.526	23.524.381	18.142.218	565.343	555.497	46.159.478	36.917.619
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativos totais	26.346.674	23.922.094	5.251.637	6.009.394	19.746.105	19.629.950		790.342	51.344.416	50.351.780

 $^{^{\}left(1\right)}$ Não inclui as operações do Brasil.

A norma IFRS estabelece que a Companhia deva divulgar a receita por produto a menos que a informação necessária não esteja disponível e o custo para obtê-la seja excessivo. Neste sentido, a administração não considera que a informação seja útil na tomada de decisões, pois implicaria em agregar vendas para diferentes mercados e com diferentes moedas, sujeitas a efeitos na variação da taxa de câmbio. Padrões de consumo de aço e dinâmica dos preços de cada produto ou grupo de produtos nos diferentes países e em mercados diferentes dentro desses países são muito pouco correlacionados, portanto, a informação seria de pouca utilidade e não serviria para se tirar conclusões sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produtos não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que o custo para se obter a receita por produto seria excessivo em relação aos benefícios da informação, a Companhia não apresenta a abertura da receita por produto.

⁽²⁾ Não inclui as operações do México.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 27 – SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

			Consoli dado_
Modalidade	Abrangência	2018	2017
Patrimônio	Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos		
	elétricos, explosão, quebra de máquina e extravasamento (derrame de		
	material em estado de fusão).	64.676.890	57.062.113
Lucro Cessante	Lucro líquido somado às despesas fixas	6.610.851	6.464.512
Responsabilidade Civil	Operações industriais	627.718	535.896

NOTA 28 – PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS

A Companhia realiza testes de recuperação de ativos, notadamente de ágio e de outros ativos de vida longa, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo. Os testes de recuperação destes ativos são avaliados com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se realizar o teste de recuperabilidade e são efetuados anualmente em dezembro, sendo antecipado se eventos ou circunstâncias indiquem a necessidade.

Para a determinação do valor recuperável de cada segmento de negócio, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, utilizando como base projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

A Companhia mantém constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento.

Em 2018 não foram identificadas perdas pela não recuperabilidade de ágio e outros ativos de vida longa.

Durante o quarto trimestre de 2017, a Companhia verificou um aumento na taxa de desconto em uma intensidade maior do que aquela contemplada nos monitoramentos trimestrais realizados ao longo do ano de 2017 no segmento América do Norte. Como resultado, a Companhia realizou o teste de recuperabilidade de ágio e outros ativos de vida longa, no qual foram identificadas perdas pela não recuperabilidade de ativos no montante de R\$ 1.114.807, sendo R\$ 265.369 como resultado do teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa (nota 28.1) e R\$ 849.438 como resultado do teste de recuperabilidade do ágio (nota 28.2).

28.1 Teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa

Em 2018 não foram identificadas perdas pela não recuperabilidade de outros ativos de vida longa.

No quarto trimestre de 2017, em virtude da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos em algumas plantas industriais, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R\$ 265.369, sendo R\$ 45.279 no segmento Brasil e R\$ 220.090 no segmento América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas para este teste são as mesmas apresentadas na nota 28.2 do teste de recuperabilidade do ágio.

28.2 Teste de recuperabilidade do ágio

A Companhia possui quatro segmentos de negócio, os quais representam o menor nível no qual o ágio é monitorado pela Companhia. Em 2018 não foram identificadas perdas pela não recuperabilidade de ágio.

No quarto trimestre de 2017, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos seus segmentos e com base nos eventos descritos anteriormente, principalmente pelo aumento da taxa de desconto antes do imposto de renda no segmento América do Norte, as análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R\$ 849.438 para o segmento América do Norte.

O período de projeção dos fluxos de caixa para o teste de recuperabilidade do ágio foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor em uso pelo método do fluxo de caixa descontado elaborado em dólares incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de câmbio, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. As projeções de fluxo de caixa já refletem um cenário competitivo mais desafiador do que o projetado em anos anteriores, resultante de uma deterioração nos mercados consumidores de aço e excesso de capacidade no setor, bem como desafios macroeconômicos em algumas das geografias que a Companhia tem operações. A perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos. As taxas de crescimento da perpetuidade utilizadas para o teste do quarto trimestre de 2018 são apresentadas a seguir: a) América do Norte 3% (3% em dezembro de 2017; b) Aços Especiais: 3% (3% em dezembro de 2017); c) América do Sul: 3% (3% em dezembro de 2017); e d) Brasil: 3% (3% em dezembro de 2017).

As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas foram elaboradas levando-se em consideração informações de mercado disponíveis na data dos testes. A Companhia adotou taxas distintas para cada um dos segmentos de negócio testados de forma a refletir as diferenças entre os mercados de atuação de cada segmento, bem como os riscos a eles associados. As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas foram: a) América do Norte 13,8% (13,6% em dezembro de 2017); b) Aços Especiais: 14,7% (13,1% em dezembro de 2017); c) América do Sul: 17,1% (14,7% em dezembro de 2017); e d) Brasil: 16,4% (15,2% em dezembro de 2017).

Os fluxos de caixa descontados são comparados com o valor contábil de cada segmento e resultam no valor recuperável conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: excedeu o valor contábil em R\$ 2.157 milhões (abaixo do valor contábil em R\$ 849 milhões em 2017); b) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 730 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 437 milhões em 2017); c) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 3.019 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 3.989 milhões em 2017); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 3.924 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.747 milhões em 2017).

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos potenciais nos fluxos de caixas.

Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto do fluxo de caixa de cada segmento resultaria em valor recuperável abaixo do valor contábil e/ou que excedeu o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: excedeu o valor contábil em R\$ 1.474 milhões (abaixo do valor contábil em R\$ 506 milhões em 2017), b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 2.483 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 3.422 milhões em 2017), c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 593 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 265 milhões em 2017); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 3.048 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 999 milhões em 2017).

Por sua vez, um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio resultaria em valor recuperável abaixo do valor contábil e/ou que excedeu o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: excedeu o valor contábil em R\$ 1.672 milhões (abaixo do valor contábil em R\$ 310 milhões em 2017); b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 2.645 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 3.596 milhões em 2017); c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 640 milhões (excedeu o valor contábil em

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

R\$ 318 milhões em 2017); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 3.318 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.254 milhões em 2017).

A Companhia manterá ao longo do próximo exercício seu constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento. Ainda que as projeções adotadas pela Companhia contemplem um cenário mais desafiador do que aquele verificado nos últimos anos, os eventos mencionados anteriormente, se manifestados em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem levar a Companhia a rever suas projeções de Valor em Uso e, eventualmente, acarretar em perdas por não recuperabilidade.

NOTA 29 - DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo IAS 1 (CPC 26), apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado
2018	2017	2018	2017
(11)	(11)	(1.891.825)	(2.092.562)
-	-	(5.724.352)	(5.514.721)
_	-	(29.623.419)	(23.423.950)
-	-	(2.770.516)	(2.281.773)
(24.236)	(6.464)	(1.722.294)	(1.571.518)
-	-	-	(1.114.807)
-	-	(414.507)	(721.682)
<u> </u>		<u> </u>	929.711
(24.247)	(6.475)	(42.146.913)	(35.791.302)
		(40.010.100)	(22.212.005)
_	-	, ,	(33.312.995)
-	-	, ,	(524.965)
-	-	` ′	-
` ,	` /	,	(1.136.490)
50	1.132	235.197	261.750
(15.831)	(1.061)	(286.243)	(171.824)
-	-	-	(1.114.807)
-	-	(414.507)	(721.682)
			929.711
(24.247)	(6.475)	(42.146.913)	(35.791.302)
	(24.236) (24.236) - (24.247) (24.247)	2018 2017 (11) (11) - - (24.236) (6.464) - - (24.247) (6.475) (8.466) (6.546) 50 1.132 (15.831) (1.061) - - - -	2018 2017 2018 (11) (11) (1.891.825) - - (5.724.352) - - (29.623.419) - - (2.770.516) (24.236) (6.464) (1.722.294) - - (414.507) - - (42.146.913) - - (570.431) - - (570.431) (9.914) (8.466) (6.546) (1.090.915) 50 1.132 235.197 (15.831) (1.061) (286.243) - - (414.507)

METALÚRGICA GERDAU S.A. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 30 - RESULTADO FINANCEIRO

_		Controladora		Consolidado
_	2018	2017	2018	2017
Rendimento de aplicações financeiras	3.323	16.560	72.044	101.714
Juros recebidos e outras receitas financeiras	4.110	3.713	139.389	145.175
Total Receitas Financeiras	7.433	20.273	211.433	246.889
Juros sobre a dívida	(41.783)	(71.897)	(1.219.470)	(1.395.345)
Variações monetárias e outras despesas financeiras	(9.160)	(13.245)	(410.814)	(416.081)
Total Despesas Financeiras	(50.943)	(85.142)	(1.630.284)	(1.811.426)
Despesas na recompra de Bonds	-	-	(223.925)	-
Variação cambial, líquida	-	-	(322.621)	(4.057)
Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido	-	-	-	369.819
Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros, líquido	-	-	32.092	(9.441)
Resultado de obrigação por compra de ações	-	6.691	-	6.691
Resultado Financeiro, Líquido	(43.510)	(58.178)	(1.933.305)	(1.201.525)
